

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

PONT, Raul Jorge Anglada. Raul Pont (depoimento, 2006). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 56min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Raul Pont
(depoimento, 2006)**

Rio de Janeiro

2019

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Alexandre Fortes;

Levantamento de dados: Marieta de Moraes Ferreira;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Alexandre Fortes;

Técnico de gravação: Não há informação;

Local: Porto Alegre - RS - Brasil;

Data: 07/12/2006 a 07/12/2006

Duração: 2h 56min

Arquivo digital - áudio: 1;

Entrevista realizada no contexto do projeto Memórias dos fundadores do PT, através do convênio estabelecido entre o Centro Sérgio Buarque de Hollanda - Documentação e Memória Política, da Fundação Perseu Abramo, e o CPDOC, da Fundação Getulio Vargas, a partir de 01 de dezembro de 2004, com o objetivo de constituir acervo digital e de publicar um livro desses depoimentos editados.

Temas: Ação Popular (1962); Assuntos familiares; Assuntos pessoais; Atividade profissional; Ato Institucional, 5 (1968); Crises políticas; Eleições; Esquerda; Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010); Governos militares (1964-1985); Imprensa alternativa; José Dirceu ; Luiz Inácio Lula da Silva; Militância política; Movimento Democrático Brasileiro; Operação Bandeirantes (1968-1970); Partido Comunista Brasileiro - PCB; Partido dos Trabalhadores - PT; Política operária ; Repressão política; Sindicalismo; Trajetória política; União Nacional dos Estudantes; Universidade Federal do Rio Grande do Sul;

Sumário

Entrevista: 07/12/2006 Origens familiares e infância em Uruguaiana, no Rio Grande do Sul; o trabalho no escritório de contabilidade do pai; o trabalho como bancário e sua primeira experiência em uma greve, em 1966; a entrada na faculdade de história da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1964; a mudança para o curso de economia; a atuação no movimento estudantil pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB); a criação da “Dissidência Leninista do PCB”; a aproximação do grupo do entrevistado com a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (ORM-Polop); o congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) de 1967: participação da “Dissidência Leninista” e da Polop lançando como candidato à presidência da UNE, Daniel Aarão Reis Filho; a participação do entrevistado na formação da dissidência da Polop, Partido Operário Comunista (POC), em 1968; o debate acerca da luta armada – e as divisões formadas na esquerda a partir desse debate: as distinções entre teses da Polop e da POC, e as teses do PCB; a importância de Thalheimer para o pensamento da Polop; o contato do entrevistado com a obra de Leon Trotsky; mais questões acerca da luta armada durante o período de ditadura militar no Brasil; a reação da esquerda ao Ato Institucional número cinco (AI-5), de 1968; a criação da Organização de Combate Marxista-Leninista-Política Operária (OCML-PO), com antigos dirigentes da ORM-Polop, como Ernesto Martins (Érico Sachs) e Éder Sader; a prisão do entrevistado, em 1971, pela Operação Bandeirantes, em São Paulo, posteriormente sendo transferido para a Ilha do Presídio, em Porto Alegre; menção ao debate realizado pelo entrevistado e os seus companheiros presos, na Ilha do Presídio, acerca das posições e divergências que fragilizaram suas atividades políticas; a saída da prisão e a tentativa de rearticulação da esquerda; o desenvolvimento – com a participação do entrevistado – da corrente política Nova Proposta, articulados com o setor jovem do Movimento Democrático Brasileiro (MDB); breve histórico de produção de imprensa alternativa, no Brasil, durante a ditadura militar; a participação no jornal – distribuído nacionalmente – “Em Tempo”; a atuação entrevistado na Tendência Socialista do MDB; menção à candidatura e eleição de Antônio Candido Ferreira (Bagé), para vereador pelo MDB, em 1976; a decisão da Tendência Socialista do MDB à integrar o Movimento pró-PT; a criação da Organização Revolucionária Marxista – Democracia Socialista (ORM – DS), em 1978, integrada pelo entrevistado, e vinculada ao jornal “Em Tempo” e ao Movimento Pró-PT; os diferentes

projetos e expectativas acerca do Partido dos Trabalhadores (PT), e a importância da formação deste como um partido de massas, de base sindical; a construção e organização do PT no Rio Grande do Sul; as primeiras eleições do PT no Rio Grande do Sul; a eleição do entrevistado para deputado estadual, em 1986, e a eleição de Olívio Dutra, como prefeito de Porto Alegre, em 1988; a atuação histórica do PT no Rio Grande do Sul; breve referência aos escândalos do “mensalão” (2005), e do “dossiê” (2006); a experiência – do PT de Porto Alegre – de formar o secretariado a partir de uma comissão do partido; a atuação do entrevistado enquanto vice-prefeito – em chapa com Tarso Genro –, assumindo também a Secretaria de Governo; a atuação do entrevistado enquanto prefeito de Porto Alegre, entre 1997 e 2000; críticas ao campo majoritário do PT, especialmente no mandato de José Dirceu enquanto presidente do PT, e na Reforma Estatutária do partido, em 2001; mais comentários sobre aos problemas e crises do PT, e possibilidades de superá-las.

Entrevista: 07/12/2006

A. F. – Raul, a primeira coisa que nós gostaríamos de perguntar seria sobre suas origens familiares. Sua família, onde tu nasceste, quando, as características socioeconômicas da família.

R.P. – Eu sou de Uruguaiana, interior do Rio Grande do Sul, fronteira com a Argentina, e nasci em 1944. Fiz toda minha formação escolar básica nessa cidade, num colégio de origem metodista, o Colégio União. Ali fiz o antigo primário, ginásio, científico. E ao longo desse período vivi sempre em Uruguaiana, me criei em Uruguaiana. O meu pai teve uma trajetória assim, na maior parte da vida dele foi assalariado, teve um período depois do casamento com a minha mãe que tocaram, durante alguns anos, um pequeno negócio de padaria, que era uma herança, digamos, uma herança do meu avô que foi comerciante e tinha padaria também. Era no tempo, ainda, de um comércio mais atacadista, que foi, com a diminuição das distâncias, melhoria das estradas, foi diminuindo, perdendo a razão, não é. E a minha mãe, depois do casamento, era a filha que se interessou pelo negócio, e meu pai tocaram aquilo durante um tempo. Posteriormente, eles alugaram o espaço lá, não tinham mais... Não era um negócio fácil, na fronteira com a Argentina, ter padaria. A farinha, a produção de trigo na Argentina, a produção de massas, biscoitos era muito mais barata na Argentina; então, isso vivia trazendo altos e baixos nesse setor, o meu pai voltou a trabalhar. Durante muito tempo trabalhou com... uma espécie de técnico em contabilidade, no Sindicato do Comércio Varejista de Uruguaiana; depois, junto com outro colega, amigo, tiveram um escritório de contabilidade; e ali se aposentou. Minha mãe, desde que saiu da padaria, continuou trabalhando. Nós não tínhamos outras fontes de renda, ela foi comerciária durante muito tempo; e se aposentou como comerciária. Eu e a minha irmã (éramos dois filhos) estudamos todo o tempo... A minha irmã fez o curso de magistério, depois fez pedagogia, trabalhou a vida inteira como professora do estado, pública, e, durante um bom tempo, também trabalhava nesse colégio que nós estudamos; que tinha vínculos afetivos familiares, já que era um colégio fundado pelo meu bisavô, lá em 1870, em Uruguaiana. Eu trabalhei com meu pai desde que terminei o ginásio, ajudava o meu pai neste escritório de contabilidade que ele tinha, primeiro, anexo... na própria... prestando serviço para os associados do Sindicato do Comércio Varejista, e depois fui bancário. Entrei num banco em

Uruguiana em 61, 62. Trabalhei no banco até terminar o científico. E consegui transferência para Porto Alegre. Vim para Porto Alegre em 63, trabalhando como bancário, para tentar continuar os estudos aqui, entrar numa universidade. Em 63, vim para Porto Alegre, me associei ao sindicato e, simultaneamente, comecei a preparar o vestibular aqui. Entrei na universidade em 64, no curso de história. Continuei trabalhando no banco até 66.

A. F. – Fazia o curso de história na UFRG?

R.P. – É. Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em 66, fiz um novo vestibular para o curso de economia, na UFRG também. Comecei a fazer economia. Mas como trabalhava, não tinha como fazer os dois cursos simultaneamente... Mas, desde que entrei na universidade, comecei a ter uma militância no movimento estudantil. Por coincidência foi o mesmo ano do golpe militar. Nós tivemos um primeiro enfrentamento no próprio curso, na própria faculdade, porque professores foram cassados, foram afastados da universidade. O (Kutz), o Flávio, companheiro nosso, deputado atualmente, o Flávio era o presidente do centro acadêmico, foi cassado também, na condição de presidente; algo que para nós era incompreensível, inaceitável – como é que um golpe militar lá em Brasília ou um golpe militar no país atingi aqui a universidade, o presidente do centro acadêmico que nós elegemos – enfim, foram os primeiros movimentos de envolvimento, no centro acadêmico, na resistência ao regime militar e a porta de entrada para uma militância no movimento estudantil; maior até do que eu tinha no sindicato, que eu ia nas assembleias, participava, mas não era da diretoria, não tinha uma vida sindical de participar do sindicato. A minha vida... digamos que para mim o banco era um pouco passageiro.

A. F. – E nem envolvimento partidário nenhum. Ou simpatia...

R.P. – Não. Claro que 64, ao começar a militar no centro acadêmico, imediatamente a gente tomou conhecimento de que tinham pessoas, enfim, que eram mais ligadas ao Partido Comunista. Mas isso tudo muito... Porque estávamos entrando num ditadura, não é. Havia um grupo ligado mais à Ação Popular. Nós tínhamos adversários no campo da direita ainda fortes, portanto a disputa era muito mais contra a direita, contra um setor dos estudantes e da sociedade que defendeu o golpe, que marchou com a família, com Deus, a propriedade em favor do golpe, então era mais facilmente unificada a ação da esquerda, nesse momento, contra o inimigo comum, que era o regime, que era... Mas as diferenças internas, também, já eram visíveis. Quer dizer, a AP tinha uma certa hegemonia, o PC era o grupo que tinha uma

coesão política teórica um pouco melhor mas era uma segunda força aqui, dentro da universidade; e havia pessoas ligadas ao PC do B, que, rapidamente, teve uma cisão, como nós, também, mais tarde, fomos ter, dentro desse movimento, que atuava junto com o Partido Comunista, que deu origem à Ala Vermelha; e alguns grupos muito pequenos, também ligados ao trotskismo, na época ainda (possadista). Eram as correntes que tinham alguma vida orgânica permanente, regular na universidade. Quer dizer, quando eu entrei na Economia, eu já vinha militando no movimento estudantil lá na Filosofia, que era a faculdade onde estava a história. Naquela época, a faculdade concentrava em torno de uns doze, treze cursos, não existiam ainda os institutos, que só foi posterior à reforma de 68, então a Faculdade de Filosofia era um centro político atuante, era o principal centro político da universidade porque ali estava a filosofia, a história, as ciências sociais, o jornalismo, a química, a matemática, a biologia, todos esses cursos faziam parte da Filosofia, da Faculdade, e isso dava uma vida e uma intensidade, assim, cultural e política no centro acadêmico, muito forte; que era reforçada por pequenos centros, por cursos; que já começam a, também, ramificar a organização do centro acadêmico nos vários cursos que existiam, que tinham as suas particularidades, mas estavam todos integrados à Faculdade de Filosofia. Bom. Na medida em que a gente sintonizava mais com as pessoas ligadas ao... nós tínhamos ali, na Filosofia, um núcleo, que reunia como uma espécie de frente do PC, tínhamos o... E eu fui me integrando nisso e acabamos... reunimos numa célula de base de influência do Partido Comunista, que pegava estudantes da Filosofia. Era um grupo de mais de trinta, trinta, quarenta estudantes, que... gente da química, da física, da matemática, da filosofia, da história, e atuávamos no centro acadêmico. Quando eu fui para a Economia, em 66, o centro acadêmico, que já era Diretório Acadêmico de Economia, Contábeis e Atuariais, da ECA, ali havia uma hegemonia, não havia tanto movimento estudantil quanto na Filosofia, mas a hegemonia de um grupo ligado ao PC, com algumas pessoas da AP, era também consolidado. E eu, ali, ingressei mais formalmente, comecei a militar mais formalmente numa célula clandestina do Partido. Mas, simultaneamente a isto se iniciava todo um debate de crítica ao golpe e às interpretações que o Partido Comunista fazia do golpe. E já iniciava todo um debate, uma preparação para o sétimo, sexto ou sétimo.. sétimo congresso, acho que era o sétimo congresso do PC, que seria em 67, e que era dificultado pela clandestinidade, mas que nos levava a um choque, a um enfrentamento muito grande com a linha oficial do comitê central, do Prestes, que, de certa forma, dirigia essa orientação; que era uma orientação que

interpretava o golpe, enfim, como algo meio passageiro, que a política de aliança com os setores progressistas da burguesia devia ser continuada através do MDB –, que era o partido que havia sido consentido pelo regime militar como o contraponto da Arena, com o fechamento de todos os partidos, com o Ato Institucional nº 2, acho que foi, que acabou com os partidos políticos –, e que fazia uma crítica, do nosso ponto de vista, equivocada do que era o golpe, do papel do golpe militar; e também havia um debate mais teórico, estratégico, sobre... uma revisão da própria historiografia da esquerda, da própria historiografia que sustentava as posições do Partido Comunista sobre a formação social e econômica brasileira. Nesse debate, havia toda a produção que o Caio Prado estava fazendo na época, de crítica, havia toda aquela geração do Cebrap e da USP, boa parte deles já afastados da USP, o Weffort, o Chico Oliveira, o próprio Fernando Henrique, que faziam toda uma avaliação sobre a História, sobre a formação econômica do Brasil e, conseqüentemente, davam sustentação teórica para um debate sobre a interpretação da etapa da revolução brasileira, da caracterização das classes sociais no Brasil, de quais seriam as questões mais centrais que o campo da esquerda deveria lutar. E aí também entrava toda a questão do castrismo, toda a questão da necessidade ou da possibilidade de a América Latina ter... a possibilidade de repetir a experiência cubana, a teoria do foco, a teoria do... que discordava ou se contrapunha um pouco às teorias que o PC do B repetia com o modelo chinês ou com a idéia da guerra popular prolongada, etc.. E essas coisas começavam a tomar conta do debate interno, dentro da esquerda, simultaneamente à exigência de ser fazer a resistência à ditadura, ao regime militar. E nós, nessa época, começamos a ter uma relação com a ORM e POLOP, dos irmãos Sader, do Ernesto Martins, das pessoas que vinham – nessa época, algumas pessoas já tinham saído da POLOP – da sua formação inicial, original; começava a dissidência da COLINA, lá em Minas Gerais, em relação à POLOP ; mas era o grupo que, no campo da esquerda, via os debates que nós conseguíamos fazer no movimento estudantil através da UNE, que era um dos poucos canais que nós tínhamos para um contato nacional, devido ao caráter clandestino, estanque, das dificuldades que o Partido Comunista, também, estabelecia para o debate, no próprio partido, ser nacional, isso dificultava muito se avançar num debate programático; e nós acabamos escrevendo aqui, junto com a POLOP... Por influência forte da POLOP, nós formamos um grupo, aqui no Rio Grande do Sul, que se chamava uma dissidência leninista do PCB, e produzimos teses para o debate interno do congresso.

A. F. –E nesse processo da dissidência, o próprio Flávio ainda estava participando?

R.P. – É. O grupo, digamos, as pessoas mais experientes ou que coordenavam essa discussão, era o Marco Aurélio Garcia, a companheira dele, a Beth, Elizabeth Lobo nessa época. Ela veio a falecer depois que voltou do exílio, num acidente automobilístico. Aqui, o (Pila Varis), o Flávio (Kutz), quer dizer... nós tínhamos pessoas que, depois, saíram juntos, na época que saímos do PC, mas que foram para outras áreas, como o Paulo César Tim, que depois foi para o PDT lá em Brasília, foi candidato a senador, governador, enfim, pessoas que foram para outros rumos. Mas na época, aqui, a Sonia Pila, era companheira, na época, do Pila Varis, a Maria Regina Pila, que foi companheira do Flávio naquela época que nós estávamos meio que saindo do movimento estudantil, e que eram, de certa forma, o grupo que dirigia o setor estudantil aqui. Outras pessoas que militavam nessa época... Enfim, era um grupo grande quando saímos do PC para essa dissidência, por impossibilidade de influir no debate interno, porque a verticalização, o autoritarismo, a falta de democracia interna dentro do PC era muito grande. Nós tínhamos uma profunda divergência com o maoísmo, que era a linha oficial do PC do B naquela época, o PC do B ainda era maoísta, depois, se afastaram, foram um tempo albaneses, etc. A nossa referência teórica era outra, começava... E havia uma identidade grande com a POLOP, com a ORM. Nós já tínhamos um trabalho comum, não só a dissidência do Rio Grande do Sul mas as outras dissidências do, por exemplo, do Rio de Janeiro, com a turma do Vladimir, mesmo com pessoas de São Paulo, alguma coisa no Paraná, em Santa Catarina, que a gente, nos encontros, principalmente, de 66, 67 e 68 da UNE, foram momentos em que nós conseguimos unificar um campo, em que o PC perdeu muito terreno; de certa forma, o conjunto das dissidências junto com a POLOP é que polarizaram o debate no congresso de 67; e depois no congresso de 68, que acabou todo mundo preso, no Ibiúna. Mas em 67 essa disputa... Nós até, esse conjunto, as dissidências mais o PC do B mais a Ala Vermelha, chegamos a ter maioria no congresso da UNE de 67, lá em Valinhos. Mas a eleição presidencial foi separada das chapas e acabou... (me deu um branco aqui) ganhando a eleição o cara que era da Ação Popular, que faleceu depois, na volta do exílio... Teve um acidente de carro. Me deu um branco agora. Bem. Um companheiro que era da Ação Popular. E o candidato nosso, dessas forças, foi o... (Estou ficando velho) [ri] Lá do Rio, que é historiador...

A. F. – Daniel.

R.P. – O Daniel Aarão Reis. O Daniel Aarão Reis foi o candidato dessas forças. E isso aproximou muito a POLOP das dissidências. Mas a POLOP era muito doutrinária, muito propagandista; tinha uma formulação teórica bastante boa, tinha já uma certa unidade, mesmo antes do golpe, sobre a etapa da revolução identificada como uma etapa socialista, como a necessidade, portanto, de você ter todo um processo de independência, de um partido que se apresentasse de forma independente, pela organização dos trabalhadores, das classes anticapitalistas, potencialmente anticapitalistas, e que batia de frente com as teses de alianças com setores da burguesia progressista, dos militares nacionalistas, que era a posição clássica do PCB. E foi daí que nós iniciamos um processo, depois de 67, de rápida relação com a PO e formamos o POC em 68, no início de 68. Quer dizer, aqui, a gente tinha um grupo grande, que vinha do movimento universitário, do movimento secundarista, alguns contatos da direção municipal do PC na área operária mas muito poucos, algumas pessoas que chegaram a estar conosco, num primeiro momento, da direção municipal do PC de Porto Alegre, mas que, depois, ou voltaram para o PC ou se aproximaram... Porque havia um outro processo de dissidência, também no PC, nessa época, que era dirigido pelo Mário Alves, que deu origem ao PCBR. Acho que o Apolônio estava nesse processo também. E isso complicou mais e nos dificultou de ter um espaço aqui, que puxasse outros setores descontentes com o prestígio para a formação. E as outras dissidências, eu não cheguei a acompanhar diretamente isso. Eu estava mais envolvido... Estava aqui numa frente de massas, era presidente, em 68, fui eleito presidente do DCE livre, livre porque, depois do fechamento da UNE e fechamento das UEEs, a ditadura, além de fechar as entidades centrais, ainda proibiu a eleição direta até para os DCEs, para as federações universitárias, e nós aqui resolvemos manter a eleição direta, enfrentando a proibição, enfrentando a reitoria, e mantivemos, durante uns dois anos, o DCE livre, eleito diretamente; até que em 70, tanto direta como indiretamente, a esquerda já era maioria, então a reitoria não tinha mais como impedir, porque a gente fazia eleição e ratificava isso no conselho de entidades. Em 68 a reitoria ainda conseguia manter um número mínimo de entidades, trouxeram entidades de Pelotas, que ainda não estava separada da UFRG, para votar, criaram um centro acadêmico na Biblioteconomia, pegaram uns votos lá da ESEF, eu sei que eles fizeram toda uma mágica para impedir que a gente tivesse maioria, elege-se diretamente e elege-se indiretamente também a entidade. Então, nós mantivemos o DCE livre. Eu estava nisso, estava muito mais envolvido no movimento estudantil aqui do que... Já estava fora do banco, já... E já muito

envolvido, sobrevivendo dando aula em cursinho, estava trabalhando assim, que me desse tempo para... Eu fiz um concurso, nessa época, para a Petrobras, fui aprovado; não me deixaram trabalhar porque eu já tinha... Até hoje eu estou com um processo na Justiça contra... A questão da anistia, o meu pedido da anistia é isso, de eu ter sido impedido de trabalhar. A minha turma, os concursados que entraram comigo, todos já estão aposentados há muito tempo. E todos entraram, todos estão aposentados. Eu fui o único que não consegui entrar. Mas consegui passar num concurso do Instituto de Previdência do Estado, que era meio expediente, então eu trabalhava em meio expediente, não é, até a prisão em Ibiúna. Quando eu fui preso em Ibiúna, eu já era muito marcado aqui, fiquei preso uns dez dias, uma semana, dez dias em Ibiúna, para fazer aquela triagem, que nos levaram todos presos para São Paulo. Nós ficamos no Presídio Tiradentes até fazer cartório, fazer identificação. Foi a época que o Dirceu foi preso, o Vladimir, os dirigentes das entidades centrais já foram separados, ficaram presos, e só saíram depois, na troca do seqüestro, não é. E no final do ano, o Ato Institucional nº 5, acabando com os direitos individuais, o *habeas corpus*, criando a figura da prisão preventiva, liquidou com o que restava ainda de alguma constitucionalidade no país. O arbítrio aumentou muito, a repressão aumentou muito; mas nós, aqui, sobrevivíamos ainda. Não conseguimos unificar, a dissidência do Rio virou o MR-8 – não o atual, o antigo MR-8, São Paulo, a dissidência acabou indo para a ALN, se conseguiu reunir alguma coisa em Minas mas pouco; e o POC acabou sendo mesmo Rio Grande do Sul, São Paulo, alguma coisa no Rio de Janeiro, pouca coisa em Minas, quase nada no Nordeste. Na Bahia, chegamos a ter alguns contatos, mas a relação muito estanque da clandestinidade tornava... E depois, para recuperar o congresso da UNE, foi muito difícil. E era difícil ter contatos. Só que a repressão aqui aumentou muito e, no final de 69, o pessoal que era mais... a direção nossa aqui, a coordenação, ou foi para São Paulo e depois tiveram que sair do país, e outros que ficaram aqui, também, tiveram que sair do país. Eu também fui para São Paulo. A repressão aqui começou a ser mais dura, não consegui terminar o curso de economia. Mas...

A. F. – E o curso de história? Você mudou de curso ou continuou com os dois?

R.P. – Eu não consegui voltar. Nessa época, eu não consegui voltar para o curso de história. 69, não é. Eu me matriculei ainda, em 70, me matriculei ainda, para tentar terminar o curso de economia, que eu já tinha feito muito mais cadeiras e o curso, propriamente dito, de

economia do que o de história, que eu tinha feito dois anos só. Mas em 70 eu fui para São Paulo, numa semi-clandestinidade porque eu não estava processado, não tinha... mas como aqui, a prisão do Pila, não se sabia quais eram as informações que a polícia tinha, por que tinha sido preso, se haveria ligação dele com mais gente, quer dizer, nós não sabíamos o que é que ia acontecer, acabamos, as figuras mais públicas, nós decidimos sair daqui. O Flávio e a Maria Regina já estavam em São Paulo, o Marco Aurélio e a Beth acho que já estavam fora do Brasil ou estavam em São Paulo também, a Beth Vargas e o Mattoso, esse que foi da Caixa, que também estavam já em São Paulo, que eram outros companheiros dessa época, o... daqui também, o Jaime Rodrigues, (o Jaime acho que está aqui em Porto Alegre, voltou) alguns companheiros daqui que foram para o Rio, acabaram se envolvendo com a dissidência lá e ficaram no MR-8, alguns, inclusive, participaram do seqüestro do embaixador, o Cláudio Torres e... Enfim, quer dizer, a gente...

A. F. – E você enquanto POC, vocês não realizavam ações armadas? Não tinham essa opção. Qual era a avaliação que vocês tinham dessa situação?

R.P. – Não. Isto foi o que causou, em 69, causou uma cisão do POC. O POC foi formado no início de... março, abril de 68, praticamente com representações do Rio Grande do Sul, de São Paulo, Rio, Minas, que era onde também tinha um pouco de POLOP, onde a POLOP existia, mas já com defecções do seu grupo original, e em Minas, já com a turma da COLINA fora, mas com um grupo dirigente com mais... enfim, com alguma capacidade de formulação e com uma possibilidade razoável de crescimento, pela crise que existia dentro da esquerda na época. A Ação Popular também se dividiu, muita gente ficou na sua origem cristã, uma parte foi muito influenciada pelo PC do B e foi para o PC do B, e uma outra parte constituiu a APML, a Ação Popular Marxista Leninista, que também era bastante influenciada por um pensamento maoísta, por um pensamento... Quer dizer, a Ala Vermelha tinha mais proximidade conosco, nós tínhamos uma identidade melhor. Nessa época, já o posadismo vivia uma crise muito grande, não é. Aqui houve o trotskismo na sua versão lambertista cresceu com o LIBELU, o Liberdade e Luta, e nós tínhamos uma referência teórica, éramos identificados como meio trotskistas, etc. mas sem sermos, porque a origem do POC, da ORM não tinha nada que ver com o trotskismo, não é, era uma origem até... o Ernesto Martins, o velho Ernesto Martins, ele era antitrotskista, a referência teórica dele era do POUM espanhol, onde ele tinha militado antes de vir para o Brasil, e as referências

teóricas anti-stalinistas eram mais baseadas em dissidentes do PC alemão, o Talheimer, do que o trotskismo. Nós não tínhamos nenhuma leitura, nenhum debate sistemático... Até tínhamos uma certa... éramos um pouco refratários ao trotskismo aqui, muito pelo posadismo, não é, que era o que existia de conhecido aqui do trotskismo; que chegou no Brasil via o posadismo argentino, que era um negócio meio extraterrestre assim, meio... e que a gente não... porque era mais doutrinário que a POLOP, mais dogmático e... coisas que não batiam com a realidade. Claro que só mais tarde é que a gente foi conhecer, principalmente quando estava preso, que nós começamos a estudar e ler mais, principalmente, as obras do Trotsky sobre a revolução de 1905, sobre a revolução permanente, sobre o papel da democracia, da luta democrática e da luta nacional numa estratégia socialista, coisas que o POC não resolvia bem. O POC, ele faz uma crítica muito dura à conciliação de classes. Acho que o grande aporte, importantíssimo, da ORM – POLOP era a questão da necessidade da organização de um partido dos trabalhadores, de um partido independente. Acho que essa é a grande colaboração teórica, programática que a POLOP traz. E de identificar que nós precisávamos desse instrumento para lutar. Quer dizer, sem um partido independente, sem um partido de classe, sem um partido que fizesse a agitação, a propaganda do socialismo como alternativa e simultaneamente estabelecesse lutas concretas anticapitalistas, que a gente ficaria sempre a reboque da burguesia brasileira; que era a linha do PC, a linha de subordinação a conciliação de classes, a governos junto com a burguesia. Enfim, temas que naquela época tinham uma atualidade muito forte dentro da esquerda; e que não perderam a atualidade, porque o PT, hoje, vive exatamente, um pouco esse drama, não é, como chegar ao poder, chegar ao governo, com o Lula num primeiro mandato, agora no segundo, e ao debate, que o partido precisaria fazer de novo; ou seja, é bom que voltemos agora, no terceiro congresso, à estratégica que queremos, ao socialismo que queremos. Esse debate não está encerrado. Mas eu diria que o bom, a boa contribuição da POLOP e do POC, eu acho que foi esta, foi de introduzir a necessidade da luta ideológica na universidade, de introduzir a questão da propaganda do socialismo, da organização independente dos trabalhadores. Eu acho que esta matriz é que...

A. F. – Vocês não se contaminaram por aquele voluntarismo tanto maoísta ou castrista, de achar que a ação tinha um...

R.P. – É. Mas dentro... Foi isso que levou ao racha de 69 do POC, porque iniciou o debate sobre se era correto ou não levar à frente algumas ações armadas. Mas essa discussão, até mesmo pelo problema da clandestinidade, da repressão, ela não foi feita no conjunto do partido, ela foi feita num nível de direção em que não havia... na era uma tese assim, de que... adotar teses foquistas ou ter como alternativa. Acho que entusiasmados ou embalados por alguma ação – e pouca, muito poucas, porque a maioria estava errada – mas, por algumas ações feitas pela ALN, algumas ações de propaganda armada ou de busca de fundos, de buscar os recursos, fundos em bancos, etc., que despertou um debate; principalmente pelo endurecimento da ditadura, do regime, que obrigava cada vez mais uma clandestinidade, que custava caro – ou seja, você tinha que ter pessoas escondidas, tinha que ter aparelhos, casas discretas, ter um mínimo de aparato, para imprimir um panfleto, você precisava ter uma *offset* ou um impressora, porque não podia fazer nada fora, não podia fazer em gráficas legais porque seria, imediatamente, preso, e isso exigia recursos. Então a VAR-Palmares, que veio de uma origem da COLINA com grupos que vinham do movimento ligado à VPR do Lamarca ou grupos, até aqui do Rio Grande do Sul, de um movimento revolucionário nacionalista ou movimento nacionalista revolucionário, que pegava gente que vinha do brizolismo, ex-figuras do PC, no caso aqui, o Araújo, o Carlos Araújo, que depois foi dirigente da VAR, onde ele conheceu a Dilma, a atual ministra. Bem. Esses movimentos começaram a fazer ações armadas, com objetivos diferenciados: uns de olho no foco, outros de olho no aparato, outros de olho na sobrevivência. No caso da VPR, aquela idéia de montar efetivamente um foco, a idéia castrista mais clássica. No caso do POC a discussão foi muito assim, de fazer algumas ações voltadas exclusivamente para recursos. O POC não tinha nenhuma visão foquista e muito menos de guerra prolongada; o que tinha era a construção de uma estratégia de longo prazo, mais insurrecional do que... Até porque a estratégia toda era a organização independente dos trabalhadores, a construção de um partido, a luta para constituir nas empresas e fábricas organizações de conselhos, para estabelecer duplo poder, para estabelecer... Quer dizer, então, era outra coisa. Tínhamos uma estratégia muito mais urbana, por decorrência de uma concepção de que a dinâmica, o centro do desenvolvimento capitalista já era urbano, industrial, bancário, mercantil e ele caminhava para ser cada vez mais nos grandes aglomerados urbanos; portanto, toda aquela crítica às teses de se o país era feudal, não era feudal, se tinha burguesia nacionalista ou não tinha, quer dizer, essas coisas, todo o aporte teórico da POLOP era distinta da do PC. A tese sobre o comportamento da

burguesia era muito mais a tese desenvolvida pelo Talheimer. Como é que ele chamava? Agora não estou me lembrando. Mas ele tinha um conceito que mostrava como o conflito, a contradição entre a burguesia brasileira e o imperialismo não se constituiu num conflito antagônico. Era a cooperação antagônica. A teoria da cooperação antagônica, ou seja, isso não levava a um antagonismo de enfrentamento e disputa, acabava estabelecendo mais uma cooperação do que um antagonismo. Esta relação com o imperialismo não determinava que nós teríamos aqui alianças, para enfrentar o imperialismo, da burguesia brasileira. Se ocorresse, seria residual, a exceção à regra, não teria caráter social de classe para justificar uma aliança; muito menos a tese dos militares nacionalistas. Se isso ocorresse, seria uma cisão, seria um... Mas muito distinto da compreensão que movia o PCB. E também a incompreensão que tinha no POC sobre o papel da luta democrática. O doutrinarmismo, o propagandismo do socialismo dificultava muito a... Eu me recordo, por exemplo, de que, em pleno AI-5, nós achávamos que era uma demonstração de fragilidade da ditadura, e que portanto era a prova de que, enfim, a democracia burguesa era só fachada e nós tínhamos que ir direto para o socialismo; e portanto, todo poder aos operários. Nós, em pleno Ato Institucional nº 5, nós fazíamos pichamento de *todo poder aos operários, operários no poder, viva o socialismo*, etc. e tal, e não se tinha nenhuma tática para resistir ao AI-5, uma tática que permitisse ampliar com outros setores, etc.. Como quem fazia essa defesa a fazia na perspectiva de uma conciliação de classes, que era a posição do PC, isso acabava desarmando o conjunto da esquerda, porque ou nós nos engalfinhávamos numa discussão teórica sem fim, completamente alheia à vida concreta, real que a sociedade vivia, e nos xingávamos de reformistas ou revolucionários ou... não é, mas não operávamos uma lógica, até pela fragilidade da formulação teórica programática da esquerda nessa época. E isso levou, o caso de defesa dentro do POC de ações armadas para fins de buscar recursos, etc., levou a um racha, porque a velha direção, que vinha da POLOP, o Ernesto, o Eder... o Emir ficou com a turma que vinha mais das dissidências, mas Eder Sader, o... Dos que estavam no Brasil, porque boa parte já estava saindo. E essa turma acabou tendo que sair também. Logo após o racha, digamos, deu origem a dois grupos mas que eram cada vez menores e cada vez mais reprimidos e buscados pela polícia, e quem podia estava saindo fora. Voltou a se chamar... acho que... se não me engano foi OCML, Organização de Combate Marxista Leninista PO, OCML PO, acho que foi o nome que foi adotado depois. E quem ficou continuou com o nome de POC.

A. F. – Na verdade, o grupo do Eder é que...

R.P. – Do Ernesto Martins, do Nilo Mário Miranda, o Seiche Kamayana, o japonês lá, que era em São Paulo, o Eder... Tinha uma outra no Rio de Janeiro, tinha uma outra turma que ficou... E teve algumas pessoas no Rio que ficaram tentando juntar as pontas. Porque, depois, a OCML acho que vai dar origem, no Rio, ao MEP. Mas no Rio de Janeiro houve... Aqui no Rio Grande do Sul também, nós não vivemos esse debate. Foi uma cisão em cima, e quem tinha contatos levou os seus contatos para um lado e levou para o outro.

A. F. – Esse grupo, o Eder, o Ernesto e tal, eles é que voltaram para o nome anterior, nome de POLOP?

R.P. – É.

A. F. – E vocês ficaram com o POC.

R.P. – Isso. Mas o POC, praticamente, já estava mais gente quase no exílio. E foi nessa época que o pessoal do POC teve contato com a Quarta Internacional.

A. F. – Quem estava defendendo fazer as ações era esse pessoal que acabou ficando com a POLOP, realmente. O Eder...

R.P. – Não. Não. Eles eram radicalmente contra, mesmo ações que fossem para financiamento. E aqui, um dos dirigentes nossos, que era muito jovem, mas era um dirigente já antigo dos secundaristas, era da direção aqui, que era o Fábio, que morreu, foi, depois, muito tempo do PT, morou muito tempo em São Paulo, lá por Diadema, eu sei que ele morreu em circunstância não muito esclarecidas, há uns anos atrás, em Curitiba. O Fábio Marin, que era um dos que, inclusive, depois, ficou mais tempo preso. E uma das razões dele ter ficado bem mais tempo preso (conosco) é que ele era um dos que chegou a participar de um grupo, muito estanque, muito separado... Quer dizer, outras pessoas que participaram desse grupo, algumas nunca chegaram a ser presas. Mas que eram... um grupo de pessoas no POC que estavam afastadas de qualquer prática política, completamente estanques, tinham vida legal, etc., mas tinham... Era uma célula especializada para ações desse tipo. Aqui e em São Paulo. E foram algumas ações feitas conjuntamente com, acho, a ALN ou com a VAR que determinaram o vínculo (conosco) com as organizações que estavam envolvidas na luta armada e que despertaram a sanha da repressão mais fortemente para cima de nós. Uma das pessoas que nessa época era um dos dirigentes, que estava nessa corrente, era aquele cara que

morreu, morreu lá na Oban, um jornalista que morreu na Oban, na época que o Carlos Alberto Huster dirigia lá a Oban. Um jornalista de Santos. Na época, a companheira dele... Hoje, ela é professora lá no Rio de Janeiro. Ela voltou do exílio. Nome é... É que a gente...

A. F. – Depois, a gente pode pesquisar e complementar.

R.P. – Os dois eram sempre conhecidos pelos codinomes, não é.

A. F. – Você falou em codinome. O velho, esse dirigente da POLOP, era aquele austríaco.

R.P. – Isso. O Sachs.

A. F. – Erick Sachs.

R.P. – Isaac Sachs. A Taís e o Nicolau, eram os codinomes. Mas a Taís, hoje, é professora lá, acho que se aposentou já. Acho que sobrenome Borba. Ela veio do exílio, conseguiu, depois de muito tempo, voltar da França e conseguiu trabalhar ainda. Acho que deve estar se aposentando ou se aposentou lá no Rio de Janeiro, na UERJ ou na Federal do Rio de Janeiro. E o Nicolau, que era o codinome, é um jornalista de Santos, de uma família conhecida, o nome dele, agora, não estou me lembrando, foi um dos que faleceu na tortura lá. Ele tinha problema de coração, não sei bem. Nem sei se foi intencional, acho que não; mas morreu em decorrência da tortura. E o... acho que também já faleceu, o Régis Andrade, que era professor na USP, que foi preso junto com Araújo, na época, num contato com a VAR. Ele era o cara que fazia os contatos com a VAR, e os dois foram presos e foram duramente...

A. F. –Naquela ação do cofre da...

R.P. – Numa padaria. E ali, aquela queda do Araújo com o Régis é que levou a um processo de quedas grandes dentro do POC, envolvendo outras pessoas, já estavam fora, a Hirata, a japonesa, a Eliana Hirata, que é brasileira de origem... o companheiro dela, que morreu, que acabou morrendo na França, que era companheiro dela na época, saíram juntos daqui. Quer dizer, esse pessoal que era meio que a direção, que saiu. O Régis foi preso mas, depois, conseguiu sair. E a turma aqui, o Marco Aurélio, a Beth, o Kutz, essa turma, na Europa, passou a ter uma relação forte com a Liga Comunista Francesa, com a Quarta Internacional; voltaram para cá, mas com nuances um pouco diferenciadas porque, teve o Artur, que ficou no Chile, no MIR, militando, o caso do Eder, do Emir, que militou no MIR

chileno, o Flávio e outras pessoas que estavam na França nessa época, que voltaram para cá mas vieram para a Argentina, para militar no PRT do Santucio, naquela época, e que vão ser presos lá por 75, por aí. Mas aqui no Brasil, a cisão nossa se deu muito em cima disso. Mas assim, sem um debate mais democrático, um debate que pudesse percorrer o conjunto da organização. Foi uma cisão típica de clandestinidade e que fragilizou muito essa experiência. E aí, bom, a repressão aumentou violentamente. Eu estava em São Paulo, me encontrava com algumas pessoas, às vezes me encontrava com Nilo Mário, com outro nome, lá por São Bernardo, me encontrava... Mas eu dava aula em São Bernardo, num cursinho onde os alunos todos eram das montadoras, que era o Curso Bandeirantes, trabalhei lá um tempo, e trabalhava no Santa Inês, que era um outro curso grande de pré-vestibular. E morava em São Paulo, superdiscreto, e militava lá, tentando manter o que sobrava do POC. E junto com outras pessoas, cada vez mais isolado, cada vez com menos contatos. Até que fui preso, junto com outras pessoas lá que... via a USP. Foi preso um rapaz que eu tinha contato, na tortura, ele abriu que ia se encontrar comigo e... Buono. Aqui, já tinha sido preso grande parte do pessoal aqui do Rio Grande do Sul. E a partir daí a gente, buono, se reencontrou na cadeia, para fazer um balanço autocrítico, um balanço...

A. F. – Você foi preso lá mas foi trazido para cá.

R.P. – Eu fui presa pela Oban, lá na metade de 71, fui preso no Shopping Iguatemi, lá na Faria Lima, num ponto marcado com esse cara que era da USP, na época estudava geografia, se não me engano. E eu trabalhava... A polícia já tinha descoberto o meu apartamento por outros caminhos; quando prenderam o pessoal daqui, o Vladimir Ungaretti tinha ficado uns tempos comigo porque ele estava saindo do Brasil e passou por Porto Alegre, ele foi preso junto com outras pessoas aqui, por uma coincidência: a polícia foi entregar uma intimação e encontrou uma reunião, e pegou gente de várias áreas aqui, então... Essa turma aqui foi presa já nos anos... final de 70 ou início de 71. E por aí apareceu o meu nome, por aí conseguiram chegar no meu apartamento. Eu tive que parar de trabalhar. Não me prenderam no emprego, não conseguiram me prender no apartamento porque eu tinha todo um esquema lá, de deixar uma janela diferente, que eu enxergava a janela antes de entrar no apartamento [ri], desconfiei e não fui para o apartamento. Fiquei na casa de um parente em São Caetano um tempo, até para entender o que é que estava acontecendo. Mas, algumas semanas depois,

acabei sendo preso também. Tive que largar os dois empregos, estava cada vez mais difícil de sobreviver; e, num desses contatos, acabei sendo preso. Aí fiquei, fiquei preso 71, 72...

A. F. – Ainda em São Paulo?

R.P. – Não. Fiquei uns vinte dias na Uban, aí fui para o Tiradentes. É, uns vinte dias na Uban. Aí me levaram para o... Não. Me levaram para o DOPS. E aí, do DOPS, me trouxeram para cá, porque eu estava num processo aqui também. Aí eu fiquei um tempo no DOPS aqui. E quando me transferiram para a ilha, logo em seguida que eu fui transferido para a ilha, me tiraram da ilha e me trouxeram de novo para São Paulo, para fazer cartório em São Paulo, que eu não tinha feito, não tinha feito nenhum depoimento formal. Aí eu fiquei no DOPS, para esse negocio de cartório, e depois fui para o Tiradentes. Fiquei não muito tempo, fiquei pouco tempo no Tiradentes, um mês e meio, acho, dois meses, aí voltei para Porto Alegre e não saí mais. Só saí em dezembro de 72, na virada do ano, ele me lembro bem que foi bem na São Silvestre, na corrida de São Silvestre, foi o dia que eu cheguei. O rodízio da televisão que tinha lá, que cada dia tinha uma célula que tinha direito à televisão, de uma família lá, que deu uma televisão, então a gente tinha um rodízio de televisão. E eu cheguei lá no dia, nossa célula estava sorteada com a televisão, era o dia da São Silvestre. Por isso que eu me lembro da data. Aí vim para cá, lá por fevereiro, eu acho, aí não saí mais. Saí só em dezembro de 72, no julgamento, quando a gente denunciou torturas, denunciou arbitrariedades, denunciou que o processo todo era falso, era montado pela tortura enfim, mas nos condenaram a quatro, cinco, seis meses; mas eu já tinha cumprido um ano e meio. Acho que uns dois ou três ficaram um pouco mais; e o Fabinho foi o que ficou mais tempo, porque havia contra ele acusações de que ele teria participado deste grupo de operações.

A. F. – Então, foi aqui na ilha que vocês fizeram um debate de revisão.

R.P. – É. Porque aí nós tínhamos um grupo de... Na ilha, como tinha gente da VAR, da VPR, do Partidão, do POC, da Ala Vermelha, era um... Nós chegamos a ter aqui umas... Lá no Tiradentes também. Mas lá eu fiquei muito pouco tempo, tinha muito pouco contato, as celas... Aqui as celas não eram fechadas, a cela ficava... só o portão central ficava, então a gente tinha mais facilidade, durante a noite, depois da janta etc. e tal, a gente podia fazer reuniões. Cada cela tinha três, quatro, cinco, algumas, seis. A gente podia ter contatos. Lá no Tiradentes a gente ficava fechado, só saía da cela para tomar um sol de vez em quando; tinha que pagar para ir no outro pavilhão, comprar os guardas lá, para poder ir no outro pavilhão.

Era... Aqui, a gente tinha mais facilidade, montamos uma biblioteca... Claro, tinha dificuldades. Alguns livros que eram censurados, nós conseguia entrar com o nome de romance, mudava a capa, os familiares arrancavam a capa, botavam outra, os carcereiros não liam o texto, só liam a capa, então era comum a gente... Ou a Brigada Militar, que não era responsável direta pelos presos, que era um grupo de operações especiais da Polícia Civil, que era responsável pelos presos. A Brigada fazia uma espécie de proteção externa da ilha. Eles protegiam a ilha de invasões estrangeiras. [ri] Então, com a Brigada Militar, a gente tinha uma relação diferente da polícia, e com os brigadianos, muitas vezes, a gente fazia amizade, relação, daí a um pouquinho os caras topavam trazer coisas inocentes como um livro, como um...

A. F. – Eu me lembro uma vez, acho que o Felizardo esteve preso na ilha...

R.P. – O Felizardo... Não sei se... Na minha época, não.

A. F. – Eu lembro que ele falava que a família do Araújo mandava muita coisa.

R.P. – Não. Era. Mas era para a ilha. É isso. Porque a família do Araújo morava ali perto, morava na Assunção, a família do velho Afrânio era... A Dilma já estava aqui, então a Dilma e a família do Araújo é que nos abasteciam. Porque as famílias só visitavam aos domingos. Então, garantir o jornal diário, garantir notícias diárias assim... Não tinha visita. Mas o pessoal ia na barca, ali onde é o terminal da barca, e mandavam um pacotinho com cigarro, com coisas, e o barqueiro fazia esta cortesia. Mas nem sempre a gente conseguia. Às vezes ficava dois, três dias, às vezes...

A. F. –E quantos presos políticos tinha?

R.P. – No máximo, que nós chegamos ali, a uns cinqüenta, eu acho. Cinqüenta, cinqüenta e poucos. Foi o máximo que teve na ilha.

A. F. –E só presos políticos na ilha?

R.P. – Não. Tinha uma meia dúzia de presos comuns, que eram levados para lá, sem processo, sem cartório. Eram os famosos trombadinha, preso de delegacia, como a gente dizia, os presos de porão de delegacia, que ficavam, sem mandato, sem prisão, tudo, mas que eles mesmos preferiam ir para lá porque eles entravam no coletivo dos presos políticos. Eles ficavam separados. Mas nós botava eles no coletivo da comida, no coletivo... arrumava

sapato, chinelo, tênis, roupa. Nós dividia as coisas. Eles eram muito melhor tratados lá do que nas delegacias, onde dava briga, um matava o outro, dava rolo, aquela guerra.

A. F. – Superlotação.

R.P. – É. Aqueles rolos de lei do cão das delegacias. E também com essa turma a gente fez amizade. A gente nunca teve problema com os presos comuns. E aqui na ilha, como também, em seguida, se estabeleceu uma coexistência pacífica com a polícia civil também. Eles não nos incomodavam, nós não incomodávamos a eles. A maioria acreditava que os processos seriam rápidos, que a gente poderia sair com uma certa rapidez porque a maioria não estava envolvido nenhum problema mais duro. Quer dizer, só o pessoal da VPR, que tinha aquele negócio do assalto, aqui, ao Banrisul, do Grupo Hospitalar Conceição. O Araújo, que era um dos mais implicados, o Fabinho. O resto era um pessoal que só tinha acusação ou de tentativa de organização partidária, proselitismo político, coisas que não se sustentavam muito. E nesse período, foi um período de grande reflexão e muito debate. O Rui Falcão estava preso conosco aqui, na época. Ele preso aqui porque a VAR... ele veio para cá para montar um aparelho de imprensa da VAR aqui no Rio Grande do Sul e também foi preso por uma daquelas famosas coincidências que ocorrem por ironia da história. Ele, a companheira dele e mais um outro casal que estava no apartamento quando a polícia bateu. Eles conseguiram a proeza de alugar um aparelho que já tinha sido, sem eles saberem, já tinha sido usado por um... Estava para alugar, e já tinha... um tempo antes, um ano, dois anos antes, e que foi aberto por alguém, e a polícia, mesmo sabendo que as pessoas já não estavam mais no apartamento, ter ido lá para conferir; e encontraram um outro casal, do qual suspeitaram, o fato de estar morando dois casais juntos no mesmo apartamento, e acabaram descobrindo uma gráfica. E o Araújo, que estava em São Paulo, veio transferido para cá também. Então se formaram coletivos distintos, debates, se fazia muito debate entre os grupos. E foi o período que nós, também, passamos... o pessoal que vinha do POC passou a ter uma preocupação... e sabendo que havia um contato com o trotskismo na Europa, não é... Quando a gente saiu, mas não era bem assim, porque a experiência da Argentina era uma coisa, a turma que estava no Chile, era outra; mas o contato foi restabelecido. Eu saí em 73, final de 72, e já, rapidamente, começamos a tentar juntar os sobreviventes. E em 73, começamos, aqui, a retomar os contatos na universidade, eu voltei para a universidade. Mesmo que eu não quisesse ou que eu não tinha condições de estar aparecendo muito porque tinha acabado

de sair, havia uma referência forte, porque eu tinha sido do DCE, todo mundo sabia que eu tinha sido preso; então, já tinha uma outra geração na universidade, e essa geração, me convidavam para conversar, para reunir, para pedir opinião, para saber como era isso, como era aquilo, eu também começava a dar... Então, rapidamente, começamos a reconstruir um trabalho na universidade, um trabalho fora, com um pessoal que já não era mais estudante. E nessa época, o MDB aqui, através do André (Fortes), que era funcionário do MDB, do PMDB... não MDB ainda, em 73, o André começou a trabalhar aqui no MDB e organizou o IEPES, Instituto de Estudos Políticos Econômicos e Sociais, e isto abriu um espaço, fora da universidade, para a gente reunir pessoas com o guarda-chuva protetor da Assembléia Legislativa, do MDB, onde tu tinha essa proteção, digamos, do Instituto, do MDB, mas uma abertura para discutir qualquer coisa, para discutir sindicato, movimento estudantil, história do Brasil. E começamos a reunir a turma aqui. Tinha ex-presos políticos, as pessoas que tinham ficado, que não foram presos, não foram reprimidos, que sobreviveram, começar a contatar com uma nova geração do movimento estudantil, uma nova geração de sindicalista que estava aparecendo. E foi nesse período que... bueno, o Olívio era estudante da universidade, militava na diretoria do sindicato, junto com ele tinha figuras como Clóvis (Gefritz) que militava no Sindicato dos Arquitetos, um outro militava nos Engenheiros; e nós da universidade começamos a ter um grupo, uma frente meio de massa na universidade, que tinha o nome de corrente estudantil lá, que se chamava Nova Proposta; a turma que ia saindo da universidade, a gente ia conduzindo para o IEPES aqui; através do IEPES, começamos a trabalhar no setor jovem do MDB, através do setor jovem do setor jovem do MDB começamos a ter contatos em outras cidades, Caxias, Farroupilha, São Leopoldo, Cai, Portão, Novo Hamburgo, e começamos a retomar um trabalho político por aí, via esse trabalho do MDB, o IEPES, principalmente. A partir de 74, 75... Eu terminei o curso, voltei, terminei História, fui para Campinas, fiquei dois anos em Campinas, mas com um pé aqui em Porto Alegre...

A. F. – Em que ano foi para Campinas?

R.P. – Eu fui em 75, 76. E lá em Campinas é que eu retomei o contato com pessoas em São Paulo que eram do POC. Algumas que não tinham sido presas na Argentina, como o Flávio, a Maria Regina, a Norma, o Paranaguá, essa turma toda estava presa em São Paulo. Foram presas em 75, em São Paulo. E uns já voltaram para o Brasil e estavam conseguindo

se reimplantar em São Paulo, trabalhando, reorganizando um pequeno núcleo. E a gente mantinha... Como eu fui para Campinas, ficava mais fácil a gente retomar esse contato. Eu fui também, nessa época, antes da prisão do pessoal, eu fui a Buenos Aires conversar com o Flávio, com a turma que estava lá, retomamos contatos; e a gente começava a recuperar algumas coisas também da relação, o que é que tinha sido a relação com a Internacional, o que é que foi a experiência lá no Chile... Porque logo depois, em 73, deu o golpe, todo mundo teve que sair de lá e... De certa forma, essa experiência do POC, sobrou muito pouca coisa. E quando ela começa a reorganizar, em 73, já reorganiza com outras pessoas; mas as referências teóricas, as referências programáticas, principalmente para nós aqui, no Rio de Grande do Sul, elas estavam muito marcadas ainda por isto. De certa forma eu fui um pouco a memória, o fio condutor desse processo, um pouco pela experiência vivida, outro pouco pela idade. E até a volta das pessoas que estavam fora, a gente foi... Tinha outras pessoas que militaram em 66, 67, 68 e que ajudaram a reconstruir esse período de 73, 74, 75; mas nem todos ficaram. Continuaram militando, são eleitores do PT; mas, ou se dedicaram mais à vida profissional, outros se enfiaram de cabeça na vida profissional, na universidade. Mas nós não tínhamos um partido.

A. F. – Em Campinas, tu tiveste contato com o pessoal de Minas também.

R.P. – Exato. Foi nessa época que a gente contactou... Já tinha algum contato do Peleia, aqui no Rio Grande do Sul, com o Centelha, que era uma corrente estudantil em Minas. E esse contato começou a se dar com o João Antonio, com o Maurício, Maurício Borges, que está no BNDES hoje, o pessoal que era de Minas, a gente começou a ter um contato, mas não... Eu tinha alguns contatos, o pessoal da Nova Proposta aqui tinha contato (que eu já não estava mais no movimento estudantil, não é) com o Centelha, e as pessoas começaram a ver que tinham muita identidade, que pensavam muito parecido, atuavam na UNE e nos encontros setoriais, aqueles encontros de economistas, os encontros setoriais da UNE, e começou uma aproximação aí. Até que em 77... Esse pessoal trabalhava no jornal *Movimento*. Porque, paralelo a esse processo... O *Opinião* foi o primeiro jornal, no finzinho de 72, a começar uma imprensa alternativa no Brasil. Logo depois, o Raimundo saiu do *Opinião* e formou o *Movimento*. E o *Movimento* era muito influenciado, via Raimundo, pela linha política do PC do B, por aquela visão mais do PC do B, que via aqueles acordos, alianças com setores da burguesia, a relação toda construída com o Gasparian para construir a

experiência do *Opinião*, Fernando Henrique e coisa; mas algumas dessas sucursais tinham grupos um pouco diferentes. E quando houve uma ruptura do *Movimento* é que surgiu a idéia de formar um novo jornal com caráter mais abertamente socialista, com um caráter de ser mais um propagandista e já defender uma postura mais classista contra o regime e contra o capitalismo. E a sucursal de Minas e a sucursal de São Paulo foram mais ou menos chave para isso. E nessa do pessoal de São Paulo tinha o Pushisky, a Maria Rita (), o Chico Oliveira, quer dizer, era um grupo muito heterogêneo; mas que estavam dispostos, com o pessoal que saiu, junto lá em São Paulo e junto com o pessoal do Centelha, que é onde entraram o João Batista Mares Guia, o Flávio Andrade, a Virgínia, que era casada com ele nessa época, o Juarez Guimarães, o Robinson, enfim, essa mineirada toda, o Aluísio, o Virgílio Guimarães, a Sandra, quer dizer essa turma. Mas o *Movimento* não tinha sucursal aqui no Rio Grande do Sul. E quando surgiu a idéia, os mineiros entraram em contato conosco e convidaram para que a gente, o nosso grupo aqui entrasse no projeto. Mas... enfim, nós tínhamos um pequeno grupinho mas a idéia era muito mais ampla, a idéia era fazer um troço bem mais amplo, então a gente convidou, convidamos todo mundo que era de esquerda aqui, a gente convidava para... E nessa época, o Araújo, a Dilma já estavam soltos, participaram de várias reuniões, jornalistas independentes, até jornalistas que depois foram... te segura na cadeira mas, até o Antonio Brito comprou... [risos] Antonio Brito, o Barro Nuevo, deputados do MDB, o César Shirer, Porfírio Peixoto. Eu tenho a lista de uns cento e cinqüenta sócios da sucursal aqui, quando começou o *Em Tempo*. Foi muito fruto do trabalho que o Zezinho fazia. O Zezinho era impossível. O Zezinho, ele trabalhava aqui na Assembléia, então, ele vivia contatando jornalista. E naquele momento havia um grande frentão do MDB, uma grande frente antitadura, anti-regime militar, então...

A. F. –E vocês tinha essa coisa da tendência socialista.

R.P. – É. A partir desse grupo original nosso, que na universidade se chamava Nova Proposta, quando a gente começou a trabalhar aqui no setor jovem do MDB e no IEPES, nós tínhamos um grupo que era clandestino; e esse grupo clandestino, ele era ampliado com uma franja grande, que nem todo mundo sabia que nós tínhamos um grupo que atuava com mais rigor, mas animávamos esse trabalho no IEPES, no setor jovem. E havia uma identidade de comportamento político no setor jovem de Porto Alegre, no IEPES, na Nova Proposta, mas que daí a pouquinho começou a ficar muito apertado porque nós já não tinha mais idade para

estar no setor jovem, o IEPES era um instituto de estudos, aí nós começamos a... Com a eleição de 74... Porque até 74 a gente defendia o voto nulo, denúncia da ditadura. Com a eleição de 74, onde no Rio Grande do Sul e no resto do Brasil também mas aqui, o MDB deu uma surra na Arena. Ou melhor, o povo. Não foi por merecimento do MDB. O povo votou contra a Arena; e descarregou os votos na oposição. E nós discutimos aquilo, não é. Havia uma resistência muito grande dentro da esquerda. Como a esquerda defendia voto nulo, denúncia da ditadura, aquele negócio todo, nós resolvemos... fizemos uma longa discussão e... olha, fruto dessa nova conjuntura... E 76, ia ter eleição para vereador. 78 teria eleições para deputado e tal. E nós trabalhando no IEPES, trabalhando no setor jovem. Nós vamos ter que ocupar um espaço aqui. Vamos botar a nossa colher aqui também. Então, ao mesmo tempo que se fazia movimento sindical, que se disputava centro acadêmico, etc., olha, vamos disputar também um espaço de aparato aqui, não é. E como a gente já tinha gente trabalhando aqui na assessoria de deputados, principalmente no Porfírio, tínhamos um bom contato com Américo Copeti, que foi um dos que se elegeu em 74, um trabalho em vários setores jovens do MDB no interior, nós vimos que a gente já tinha um espaço até para disputar, lançar uma candidatura. Nessa época, o pessoal de Santa Maria, o Tarso, o Estilac, o Rolim, essa turma lá em Santa Maria, que tinha passado pelo PC do B, Ala Vermelha, etc., na época estava organizando, começando a organizar o PRC; e eles também começaram a botar um pé em Porto Alegre; e começaram um jornalzinho aqui, o *Informação*, que era uma tentativa de uma imprensa alternativa mas local, regional. Mas era muito difícil, com muita dificuldade, financeiramente, era quase inviável. E como não tinha aqui uma sucursal do *Movimento*, tinha contatos, mas não tinha uma sucursal funcionando, quando começamos o *Em Tempo*, a gente foi chamado, e nós chamamos todo mundo que quisesse. Nem todo mundo veio. O LIBELU deu uma cheirada, ficou um tempo, caiu fora... Porque a frente jornalista do *Em Tempo* era muito ampla, não é. No Rio de Janeiro era uma coisa, na Bahia era outro, Nordeste era outro. Mas nós nos engajamos no projeto, vendo que o projeto era importantíssimo para recuperar um contato nacional e para sair do umbigo, sair daqui, de ver o mundo por Porto Alegre. Mas era um projeto quase inviável, porque as divergências e a maneira de... a responsabilidade de encarar o projeto era muito diferenciada. Em resumo, todo mundo queria dar a linha política e ninguém queria pagar o jornal. E o jornal não tinha como sobreviver. Todo mundo era muito cioso na linha política, mas para pagar as remessas do jornal, sustentar sucursal... Pernambuco, por exemplo, era um. Os caras não pagavam o

jornal que ia. E tinha uma baita da sucursal. E ainda queriam dinheiro para pagar funcionário. Não tinha, não tinha dinheiro, era um... O que nos aproximou dos mineiros e de algumas pessoas que já estavam em São Paulo... Porque os mineiros aí, uma parte ficou em Minas, a outra veio para São Paulo, não é, e recuperaram outras pessoas que vinham desse grupo do *Movimento*. O coitado do Bernardo não agüentou. O Bernardo era o editor. Imagina, um jornalista competente no meio daquele bando de loucos, não é.[ri] Para ele era um inferno fazer o jornal. Saía uma matéria sobre cultura, uma sucursal mandava um manifesto contra a matéria, dizendo que estava politicamente incorreta, que a linha estava errada, não sei o quê. Quer dizer, cada assunto, era uma polêmica, era um trauma. Então... E eu ia quase que duas vezes por mês, para a reunião editorial, de ônibus, porque ninguém tinha dinheiro. Imagina. Eu já não agüentava mais essa estrada aqui. Já tinha ficado escolado do tempo da UNE, de subir e descer de ônibus, dezoito, vinte horas de viagem. No tempo, nessa época já tinha a BR-101, mas antes era a 116, que tu ia por Caxias, subia essa serra de ônibus, pô. Chegar em São Paulo era uma tortura. Na época do *Em Tempo*, quando eu comecei a coordenar a sucursal, já era professor aqui da (Unisinos), concentrei minhas aulas de segunda à quarta, para sobrar quinta e sexta para me dedicar ao jornal. E nós montamos um sistema de distribuição em bancas, distribuimos o jornal nas bancas diretamente, coletava o dinheiro, cada um... nós tínhamos uma equipe que saía de sacolinha, chegava o jornal. Nós chegamos a botar o jornal aqui em oitenta, noventa bancas, na região metropolitana. Um bom número assinantes, começou a crescer o número de assinantes. O jornal, aqui, passou a ser um instrumento organizador mesmo e aglutinador. E cada semana era um rolo, porque a polícia pegava o jornal. Aquele famoso número 17, com o listão dos torturadores, a polícia tirando das bancas, nós botando nas bancas; bateram na sucursal, nós já tínhamos tirado o jornal de lá, quer dizer, a sobra, não é, e fizemos uma segunda edição, [ri] para disputar com a ditadura e coisa; e solidariedade do MDB, o Simon foi na sucursal dar solidariedade à sucursal invadida, liberdade de imprensa... [ri] E foi nessa época que a gente viu, também, que tinha que, no MDB, ter uma tendência. E começamos a filiar gente no MDB. Mas o MDB também... eles não... Ali era... quem menos corria voava. Então, eles sacaneavam muita gente. Eu, os caras perderam a minha ficha, não mandaram para o TRE, outros possíveis candidatos ou dirigentes assim, sacaneavam, e a ficha desaparecia, quando tu ia ver, na época da eleição, não estava filiado. Mas mesmo assim a gente, via IEPES, via setor jovem, nós tinha trânsito livre. Filiados ou não, a gente tinha trânsito livre no MDB. Atuávamos como

eleitores. Já organizamos uma chapa para disputar o diretório municipal aqui de Porto Alegre, junto com os brizolistas, com independentes, contra a linha oficial do Simon, do João Sati. E o pessoal do Brizola, aqui, estava meio escanteado também, eles estavam se reorganizando, a idéia era de o Brizola voltar assim que saísse a anistia, etc.. Os exilados começavam... A gente fez uma briga muito bonita aqui, pela liberdade do Flávio e da Flávia, não é, Flávia Schilling e do Flávio Kutz, que ficou vários anos preso na Argentina. E em 76 a gente fez a campanha do (Klaszo) aqui, do Marcos (Klaszo), que foi uma primeira experiência eleitoral. O Klaszo não era do nosso grupo, sim, mas trabalhava junto conosco. Ele era do setor jovem estadual. Era dirigente, trabalhava muito junto conosco. E nós apoiamos a candidatura dele. Nós, a turma do *Informação*, essa turma de Santa Maria que estava vindo para cá, o setor jovem de Porto Alegre, nós lançamos a candidatura do Klaszo, numa campanha em que cada panfletagem era uma prisão, porque era... Fizemos um panfletão que chamava “Vote contra o Governo”. Isso, hoje, é uma bobagem; [ri] mas, naquela época, era rolo certo com a polícia, com a Brigada. Então... Até o Vila Verde, agora, fez um pronunciamento aqui em homenagem ao Klaszo e reviveu toda a história da eleição dele. Ele foi cassado imediatamente, ele e o (Guilenio) Perez. O (Guilenio) Perez fez um discurso logo depois da eleição e foi cassado. E ele fez um discurso de solidariedade ao Guilenio e foi cassado também. Com isso a gente perdeu... Só o Bagé ficou, no campo mais à esquerda assim, dentro... O Bagé era um engraxate, eleito pelo MDB, também, aqui, que era um cara que estava bem à esquerda da Câmara de Vereadores, e trabalhava conosco nessa ala mais à esquerda do MDB, disputando diretório municipal. Ele se elegeu um pouco pelo folclore, assim, de que era o anticandidato, um engraxate da praça da Alfândega aqui, mas conseguiu uma votação grande e se elegeu; e fez um bom trabalho. E estava com a gente. E acabou, foi um dos fundadores do PT, quando o PT nasceu, ele veio para o PT. E em 78, a gente fez campanha para o Américo Copeti, elegemos o Américo Copeti a deputado estadual, já pela tendência, ele era o candidato apoiado pela tendência socialista. No gabinete dele, a gente tinha aqui o apoio, o IEPES também, a gente tinha gente no IEPES. Ou seja, a gente estava... E com o *Em Tempo*, passamos a ter uma política de ligação nacional, nos engajamos na defesa editorial, no *Em Tempo*, na defesa do PT como projeto. O *Em Tempo* assumiu editorialmente a defesa do movimento pró PT. E fizemos aqui uma convenção da tendência socialista do MDB e decidimos, em bloco... O único que não veio foi o Copeti, que era o deputado, mas também não ficou no MDB. Ele foi para o PDT. Ele foi para o projeto do

PDT. A tendência socialista em bloco, com as suas ramificações, o setor jovem da universidade –, aí já não era mais Nova Proposta, já era Peleia o nome da corrente estudantil –, viemos todos para a fundação do PT; onde a gente encontrou a turma dos sindicalistas, do Olívio, da Gesse Prates, do Clóvis (Gefritz), do Abdala, enfim, de um conjunto de sindicalistas, da alimentação, dos bancários, que começam também a discutir a questão de um partido de trabalhadores. Porque já estava aberto o debate sobre a reorganização partidária, a crise, o PCB, o PC do B defendiam ainda ficar dentro do MDB mais um tempo. Aquela tese. A própria turma de Santa Maria, essa turma do Tarso, não é, defenderam ainda, durante um bom tempo, que era melhor ficar na tendência popular do MDB e disputar eleições por dentro do MDB. Aí, nós tínhamos uma divergência, passamos a defender o movimento pró PT. A sucursal do *Em Tempo* já tinha mudado muito, já era menor mas muito mais coesa, já era um grupo muito identificado com a gente, as sucursais do Norte, praticamente, sumiram, desapareceram, o jornal ficou muito mais restrito a... a gente chegava nos outros estados por assinatura, houve um racha no jornal. A maioria queria fechar o jornal, a minoria não queria. E no fim a minoria assumiu o jornal. E ficamos, mantivemos o jornal com o que tinha em São Paulo, no Rio, em Minas e no Rio Grande do Sul. Aí começou uma outra etapa do *Em Tempo*, aí mais identificado mesmo com... E nós formalizamos uma identidade, antes do PT, um pouco antes, que era a ORMDS, que era um grupo que se expressava através do jornal; e, editorialmente, defendíamos o projeto do PT.

A. F. – A filiação mesmo, a formalização da DS como organização é de quando? 79?

R.P. – 77... 78.

A. F. – 78. O período das greves. Do ponto de vista programático, essa relação com o Mandel, quem fazia essa ponte internacional, digamos assim?

R.P. – A relação, ela se deu porque o pessoal de Minas tinha uma relação, também, com o trotskismo muito pela leitura do Mandel, por uma referência, os economistas, principalmente, tinham uma referência grande na obra do Mandel, tinha uma referência orgânica menor do que a nossa, que também era muito frágil mas... era por aí. Era porque a turma nossa que saiu lá em 70 teve contato; mas assim, regularmente, não tinha. Nessa época...

A. F. – Acabou ficando uma referência.

R.P. – É. Nós começamos a ter uma aproximação. Então aqui, na época do movimento estudantil, todo o maio francês, antes mesmo das prisões, nós publicamos os livros do Ben Said, do Henri Vebert, em mimeógrafo, [ri] sobre o maio de 68, o ensaio geral, aquele negócio. Quer dizer, a... E isso ainda no período anterior a uma formalização, a um contato. Começamos a recuperar as experiências do maio francês. E nós reproduzia isso. Então nós publicamos várias coisas do Livio Maitano, o italiano, o Ben Said esteve aqui no Brasil, veio a Porto Alegre, fizemos um contato, uma reunião, etc.. Um pouco depois, já em... acho que 83, 84, por aí, não me lembro agora, o Mandel veio aqui, teve uma primeira vinda dele aqui, depois ele voltou aqui ao Brasil, veio a Porto Alegre. Mas dessa época aí, 78, 79, era muito assim, tanto os mineiros como nós tínhamos uma referência mais forte. Com o jornal, principalmente o João Machado, a turma que estava em São Paulo passou a ter uma relação mais orgânica, mais sistemática, que não era individual, era decidida coletivamente. Mas, nos estados, a relação era menor. O José Correia, o pessoal.. Porque aí, na formação da DS via o *Em Tempo*, alguns pequenos grupos assim que tinham, uma ruptura da Convergência, um grupo daqui, dali, a gente foi aglutinando gente, e outros que vieram da experiência do *Movimento* e ficaram; e mantiveram, depois, essa linha de construir o PT. O movimento PT. Bem. Essa trajetória, ela já está mais documentada, já é mais conhecida porque pega toda a trajetória dentro do... Mas as referências básicas que mais importam para nós nesse momento, as idéias do... Por que a gente adotou com tanta certeza a questão do PT? Por isso, porque a gente vinha numa... Não fomos numa idéia assim, de o PT ser um troço episódico, que nós entramos e saímos amanhã, maior do que entramos; ou aquela discussão toda de correntes, que vieram para o PT na origem, sempre de olho em que iriam hegemonizar o processo e tomar conta do partido. As visões eram variadas. A PML, o PCBR, cada grupo desses tinha uma visão sobre o PT. Uns, era tático, outros, era uma frente eleitoral. A gente sempre teve uma visão, nós sempre defendemos de o PT ser organizado como um partido mesmo. E se era a grande oportunidade de a gente ter um partido de massas, um partido de base sindical, era, do nosso ponto de vista... Pela primeira vez estava se concretizando o sonho da velha POLOP, o sonho do POC, o sonho dos anos 60. Porque, naquela época, a gente queria isso mas não tinha trabalhador, não tinha operário. Um repressão fodida, uma classe operária menor, um sindicato de pelegos. Quer dizer, precisou ter a reconstrução de um sindicalismo moderno, combativo, que foi dar origem depois à CUT. Esse novo sindicalismo dos anos 70, a luta dos movimentos sindicais do setor público, que eram

proibidos, e que destampou em 78, 79, aquela vaga de luta por direito a organização sindical. Esse processo era riquíssimo. Então a gente diz: olha, o PT é o partido que nós sonhávamos, o partido pelo qual nós sempre lutamos, é um partido de trabalhadores, então não tem que estar fora. Não precisamos brigar pela linha completa hoje, amanhã. Não. Isso é um processo. O importante é que ele seja de trabalhadores, que ele seja classista. O nosso papel aqui é brigar para ele ter democracia interna, ser anticapitalista, ser defensor de um socialismo democrático, que era aquilo que o Lula repetia – não é nem o soviético nem a social democracia traidora, nem a burocracia soviética nem o maoísmo. É outra coisa. Bem, qual é? Não sei. As bases estão discutindo. Nós achávamos que essa era... Portanto, a gente sempre teve uma visão estratégica de construção do PT como um partido. Por isso a briga para ele ter direito de tendência, por isso a briga para ele ter democracia, representação proporcional. E a incorporação das outras lutas – raciais, de gênero –, abrir espaço para as mulheres, a briga pelos trinta por cento de representação das mulheres na direção. Toda aquela disputa que teve no início do PT, se o PT era de massas ou de quadros, foi uma discussão completamente falaciosa. Servia muito mais para escantear a esquerda ou para dizer que... Não. A discussão, é evidente que se tu quer um partido baseado em núcleos, baseado nos movimentos sociais, baseado no militância, é evidente que ele vai ser de massas. O problema não era... Ninguém pensava um partido de quadros como era a tradição do PCB, que não era dado nem pelo leninismo nem por nada, era dado pela clandestinidade. Quer dizer, a questão de ser um partido de quadros era fruto de que você tinha uma clandestinidade. A noção do partido de quadros bolchevique nunca foi contraditória com o partido de massas, um partido de milhares, de milhões, como é que tu faz num país... Mas no Brasil, entrou atravessado, pela experiência da clandestinidade, pela experiência do PC, pelo rechaço que os sindicalistas tinham de organização partidária, de que... bem, quem queria discussão política, quem queria formação, quem queria núcleo era defensor de um partido de quadros, de um partido... Não. Ambos deveriam ser de massas, necessariamente de massas. Não tem como, num país com duzentos milhões de habitantes, não ter um partido grande. Então essas discussões, elas foram muito tergiversadas, serviram muito para debates falsos, para justificar exclusões, mas eu acho que as grandes virtudes da organização do PT eram a sua democracia interna, a sua abertura, a sua postura não estreita, não sectária, não dogmática, de aceitar no seu interior correntes que vinham da igreja, correntes... e aglutinar quem queria combater, quem queria lutar contra a ditadura. Essa é a maior virtude. E a sua democracia interna. O direito de

proporcionalidade, o direito de tendências. Essas coisas que singularizaram o Partido dos Trabalhadores. Singularizaram. Você não encontra nenhuma outra experiência no mundo que tenha esta riqueza, que tenha esse... Estabeleceu um outro paradigma de organização de um partido de esquerda. E por isso que nós nos engajamos, desde o início, na fundação, na formação do PT, na sua construção como partido. Mas também nunca abdicamos de ter um núcleo, uma corrente que pense mais na frente, que pense aquilo que o partido não está pensando, que toma a iniciativa de lutas que o partido pode esquecer, de experiências orgânicas. Ou seja, a gente tem a pretensão de ser uma corrente que quer manter uma memória, quer manter princípios; mas, simultaneamente, está aberto a toda diversidade, à pluralidade dos problemas que estão colocados e que nós achamos que um partido deve responder, deve aglutinar. Então, toda essa questão que... bom, o Partido Comunista, jamais passou na cabeça dele tratar dos temas ambientais, dos temas de orientação sexual. Isso era um tabu. Não era um problema da política, era um problema pessoal. A dimensão política disso, foi a experiência do PT que passou a dar. E eu acho que aí é que reside a grande riqueza do partido, não é.

A. F. – Raul, a questão da construção do PT aqui no estado. Hoje em dia, todo mundo sabe, o PT é um partido forte aqui no Rio Grande do Sul. Mesmo quando é derrotado, como foi agora, se mantém. Mas os teus textos, as avaliações da própria eleição de 82 e tal, apontava muito a dificuldade de construir o PT num estado em que o PMDB era forte, o PDT estava retomando uma tradição muito forte. Queria que você falasse um pouco de como é que foi para conseguir levantar o PT do Rio Grande do Sul, nesse cenário partidário do Rio Grande do Sul.

R.P. – Eu acho que aqui, no PT, a gente teve uma particularidade, primeiro, que ele nasce sólido, ele nasce de uma vertente... que não é muito diferente do que aconteceu no resto do Brasil, mas ele nasce aqui com uma vertente do movimento sindical, da esquerda que vinha da universidade, da clandestinidade ou de outras experiências anteriores, e do movimento de igreja, que é um fenômeno nacional, mas que aqui, desde o primeiro momento, ele teve uma capacidade de aglutinar todo mundo. É o único estado, que eu saiba, (não sei se tem outro, acho que não) é o único estado em que o direito de representação proporcional na executiva foi respeitado desde a comissão provisória. Desde a comissão provisória. Nos demais estados, quem ganhava o diretório levava tudo. E isso fez com que vários estados

atrasassem anos ou afastassem muita gente durante um longo período. Porque nós só fomos colocar... Só no primeiro congresso, lá em 90, que a gente conseguiu estabelecer, efetivamente, uma democracia no estatuto, plena, também nas executivas. E muita gente de outros estados se afastava do PT porque ele reproduzia um estilo muito monolítico nas suas direções e até mais sectário do que outras experiências. Aqui, não, a gente conseguiu manter. Outro fato importante, eu acho que nos levou ao ponto que chegamos, é que o PT, diferente de outros lugares, nunca se rendeu a uma lógica de subordinar a sua construção a alianças eleitorais ou alianças pragmáticas, que num primeiro momento poderiam parecer como favoráveis mas que, depois, se revelavam tragédias. Então, a primeira eleição nós disputamos, o Olívio governador, eu senador, nós não tínhamos a mínima chance na eleição de 82: voto vinculado, nós não tínhamos um tostão; mas o que é que a gente dizia? Toda a lógica política, mesmo dentro da esquerda, a tendência popular do MDB, a turma do Tarso, do Rolim, toda a turma lá de Santa Maria que estava no PRC, eles eram contrários à candidatura própria; eles defendiam a tese de que nós tínhamos que está lá apoiando o Simon, garantir a vitória do Simon aqui, etc.. Ora, aqui no Rio Grande do Sul, a candidatura do Simon já não era aquele bipartidarismo Arena e MDB ou PMDB e PDS, o PDT já se construía como alternativa, o Colares foi candidato, o PTB aqui se organizava também. Então, o que é que a gente dizia? Essa conjuntura, mesmo que não tivesse segundo turno, não é uma conjuntura de escolher o menos ruim, esta conjuntura é uma conjuntura em que você tem que aparecer e iniciar um projeto político. Se o PT, nacionalmente, ele apareceu como alternativa ao PMDB, ao PTB, ao PDT, nesse momento, nos estados, tem que fazer a luta, para ser coerente com essa estratégia, e não aceitar e virar rabo de pandorga dos outros. Porque se nós nos enganchamos, como a esquerda sempre fez, no PC e no PC do B, enganchados no velho PTB ou depois, na ditadura, no MDB, nós vamos deixar de ganhar espaço, nós vamos deixar de polarizar, nós vamos deixar de mostrar que nós somos necessários. Então, essa tese, ela foi muito forte, muito majoritária aqui entre nós. Então, foi muito natural que nós não aceitássemos aliança e nem apoiar ninguém; nós botamos a cara na rua, botamos o bloco na rua em 82. Mesmo com a derrota profunda em 82, nas eleições solteiras em 85, para as capitais e área de segurança, também, quer dizer, nós não vacilamos nada. Quer dizer, não tem essa de que nós vamos ganhar ou perder. Não. Nós vamos é botar o bloco na rua, nós vamos é disputar, nós vamos...

A. F. –E aí, em 95, tu foste o candidato a prefeito.

R.P. – Eu fui o candidato a prefeito aqui.

A. F. – E teve uma votação expressiva.

R.P. – Pô, nós tinha feito três por cento dos votos em 82. Claro que se não fosse o voto vinculado, nós tinha feito muito mais, nós teria eleito, no mínimo, um vereador, um deputado. Em todo o estado, nós elegemos um vereador em Porto Alegre, que foi o Antonio (Osel), que depois saiu para o PSDB. Bom, mas em 85, em Porto Alegre, nós pulamos dos três por cento para onze e meio por cento. Ganhamos já do PDS, que estava com a prefeitura e o governo do estado. Você imagina. O PDS tinha a prefeitura, com o Dib, e o Jair Soares de governador, e perderam para nós em Porto Alegre. Nós fomos a onze e meio por cento, fizemos setenta mil votos. Ora, isto foi um... para o resto do estado, foi um choque, foi a grande surpresa. Ganhar a eleição o Colares, já estava previsto. Ele era o favorito, ele ia ganhar disparado. Nós éramos os mais cumprimentados nos lugares de votação. Nós percorria, eu percorri os locais de apuração, eu era mais cumprimentado do que o Colares, por quê? Bom, nós derrotamos o PTB, que entrou em último, e o PDS, que era o partido da ditadura, era o partido que estava com o governo do estado e a prefeitura. Então foi um... No ano seguinte, nós elegemos quatro deputados estaduais e dois federais. E dois anos depois já elegemos o Olívio prefeito. Então, num curto espaço de tempo, a gente teve vitórias eleitorais que polarizaram de tal maneira esta vocação ao poder, digamos, a votação do PT de disputar, de apresentar, de não ser meramente calculista, pragmático, de não se contentar só com uma secretaria, com meia dúzia de cargos, mas que veio para ficar, que veio para crescer, eu acho que isso enraizou muito forte. E mesmo que, nas convenções aqui, apareciam as teses de coalizão, de buscar isso e aquilo junto a outros partidos, essa tese nunca prosperava, nunca era majoritária. Então eu acho que a combinação dessa postura, que eu acho que foi correta, essa posição estratégica de construção do partido e a posição de construir o PT com muita unidade na diversidade, no pluralismo, fez com que a gente não perdesse ninguém; a gente só crescia. Nós não tínhamos defecções por luta interna, etc. por quê? Porque o cara podia perder, mas ele não podia reclamar de que não teve oportunidade, não teve possibilidade de defender a sua posição.

A. F. –É, pelo contrário, foi até agregando mais gente. Do próprio PDT, do pessoal do PNT que veio.

R.P. – Claro. A cada crise do PDT, nós puxávamos um pedaço. Cada vez que eles entravam em crise, nós puxávamos um pedaço, porque as pessoas viam que não tinha

monolitismo, não tinha hegemonismo. E aqui, o Olívio foi presidente do partido, eu fui presidente, fui secretário, fui tesoureiro. As convenções não tinham aquele monolitismo que marcou São Paulo, que marcou o Rio de Janeiro, que sufocavam o partido, que, em nome de uma unidade, uma coesão, passava a ser um negócio que expulsava gente. As pessoas se sentiam sem espaço. Eu acho que esses elementos... Talvez a história republicana aqui, em média, seja um pouco melhor ou mais demarcada do que em outros estados. Mas o que acontece é que a gente disputou o nosso espaço e não abdicamos mais dele. E também não paramos de crescer. A cada eleição, a gente ia, dava um salto. Mesmo agora, mesmo quando perdemos a capital, nós não tivemos uma derrota fragorosa, fomos a quarenta e oito por cento dos votos. Agora, perdemos o estado por quarenta e seis por cento dos votos. Então tu tem um patamar de... que está muito longe de ser... organizado, de ser filiado.

A. F. – Como é que foi essa primeira experiência parlamentar, depois de 88, essa primeira bancada do PT? É um momento também, é uma novidade, quer dizer, a atuação dentro do lado institucional.

R.P. – É. Foi a primeira vez que tanto eu como Adão, como Silvino, como o Fortunati, nós nunca tínhamos passado. Ninguém tinha sido vereador. Nós viemos direto para cá. Como, em Brasília, o Paim e o Olívio, quer dizer, saíram da luta sindical direto para a Câmara Federal. Bem. Aqui, a gente... entramos aqui rachando, entramos comprando briga com todo mundo, ficamos... Quer dizer, compramos brigas administrativas. Ficamos meses numa queda de braço, sem a nossa assessoria receber, porque nós não aceitávamos o acordo que eles tinham montado, de criar novos cargos, pela nossa chegada, sem redistribuir os que tinham aqui. E nós dizíamos: olha, se quatro saíram e quatro entraram, nós queremos a assessoria dos quatro. Não vão criar mais assessoria porque nós chegamos aqui. Nós não queremos esse IPC aí, essa aposentadoria que vocês... “Não, mas é obrigatório, é público, é compulsório”. “Não, mas não queremos.” Os caras descontavam, nós denunciávamos, brigávamos. Enfim, nós compramos um... Fizemos eleição para chefia de departamentos aqui dentro. Porque exigíamos que a mesa fosse plural, que não era. A Arena ganhava, levava tudo. O MDB ganhava, levava tudo. E nós dissemos, olha, isso acabou. Aqui, tem agora um pluripartidarismo, todos têm que ser respeitados. E foi uma briga para os caras aceitarem uma mesa plural na casa. Aceitaram. Nunca tivemos naquela época e até hoje, nós nunca conseguimos ter a presidência. Já faz três mandatos que nós somos a bancada majoritária,

mas nunca eles nos deram a presidência. Por voto, eles acabam rateando entre si. Cada vez com menos legitimidade para fazer isso. A ponto que, agora, eles vieram para negociar, para a gente poder ter um ano, no mínimo, nesse mandato que vem, a presidência. Mas eu fui para a mesa. Era um dos secretários, um dos vice, nem me lembro mais o cargo que eu tinha. Era vice ou secretário, não me lembro. Puta! O que nós aprontamos naquela mesa! Começamos a combater privilégio, a combater aposentadoria, a combater verba de assistência, a não receber coisas que nós achávamos que não deveríamos receber, e disputar politicamente para acabar com isso, devolver verbas que a gente achava que estavam erradas. Então, isso foi criando uma imagem, não é. E, claro, brigando por projetos que não tinha a mínima chance de aprovar mas que, ao menos, a gente fazia propaganda, agitação, disputa política, não é. Pegamos uma assembléia constituinte então, esse negócio nos permitiu um debate programático muito grande porque... Foi um parto. Porque eram quatro pessoas para estar em todas as comissões temáticas, para estar capitaneando e puxando a discussão. E conseguimos colocar coisas inovadoras como o direito a associação para a Polícia Militar, que foi uma guerra; ninguém queria, dizendo que era proibido a sindicalização. Aí tiramos o nome de sindicato, botamos associação profissional, botamos que a Brigada não podia reprimir, mesmo que não tivesse o nome de sindicato, mas que fosse uma associação. Brigamos para ter aqui critérios diferentes da lei orçamentária, a figura da emenda popular ao orçamento, assinado por duas entidades populares ou quinhentos eleitores. Quer dizer, mudamos um monte de coisa aqui na casa. E passamos a travar uma guerra sem quartel contra privilégios, que não acabamos no primeiro ano, nem no segundo. Nós levamos aí dez, quinze, vinte anos para fazer mudar. E isso sempre deu um perfil muito diferente para o partido. Todo mundo, mesmo quem não votava na gente dizia: não, o PT é diferente, o PT é íntegro, o PT é... Esta imagem, ela foi, agora, brutalmente bombardeada, prejudicada pelo comportamento de alguns dirigentes e pelos resultados lá do mensalão, pelos resultados do dossiê, dessa desgraça aqui, de compra do dossiê contra os tucanos. Mas enfim, a gente teve momentos aqui de grande enfretamento, de coisas...

A. F. – No total, como deputado estadual, quantos mandatos tu tiveste?

R.P. – O primeiro foi de 87-90. Depois, 91-94...

A. F. – Mas aí no meio teve a...

R.P. – Eu? Não. Eu fui para Brasília em 90. Esse foi o segundo.

A. F. – Você foi para Brasília no segundo. E depois, como federal, se elegeu prefeito.

R.P. – Eu renunciei no finzinho de 92, para vir para cá para disputar a prefeitura como vice do Tarso. Depois, em... É. Aí, 96... 94, eleições gerais, quer dizer, o Olívio perde para o Brito em 94, o Lula ganha a eleição aqui. A gente não consegue eleger também o senador. E...

A. F. – Aí tu concorreste para o Senado.

R.P. – Eu fui candidato ao Senado em 94. Era vice-prefeito, me licenciei da condição de vice-prefeito para disputar o Senado junto com o Olívio. Foi uma votação muito boa, eu fui quase a um milhão de votos, sem nenhum tostão, sem dinheiro, sem campanha, sem nada. Foi uma merda. Uma campanha que nem o Rosseto viveu agora. O Rosseto, se não tivesse o dossiê e tivesse um pouco mais de dinheiro, as chances do Rosseto seriam muito grandes. E eu, em 94, o mais votado fez um milhão e duzentos ou trezentos, o segundo fez um milhão e duzentos, o outro, um milhão e cem, e eu fiz oitocentos e cinquenta, novecentos mil votos. A diferença... Ou mais. Um pouco mais de novecentos. Mas a diferença foi muito pequena, para um campanha estadual e majoritária, foi pequena. Aquela campanha, também, teve o prejuízo de que a Emília foi candidata pelo PTB, e eles lançaram só um candidato. Nós lançamos duas, porque era eu e o Petrarco do PSB, nós ocupamos as duas vagas para disputa. O PTB tinha negociado com os outros partidos e lançado só uma candidatura, para favorecer o voto nos candidatos que teriam, teoricamente, mais chance, que eram o Fogasa e o Schirm. No fim, acabou ganhando o Fogasa, mas o Schirm, ele foi ultrapassado porque eles, para prejudicar a candidatura do PT, em várias regiões, fizeram dobradinhas diferentes com a Emília. E dividiu o voto entre eles. Como eu e o Petrarco fizemos sempre a campanha juntos, bem, nós fomos meio parceiros. Eu até fiz mais votos que ele. Mas nós tínhamos muita dificuldade de captar eleitores que não fossem fiéis do PT, do PSB, da Frente Popular, porque nós éramos dois e fizemos a campanha toda junta, e os comícios. Então... era muito difícil. Aí a Emília se beneficiou de ter lançado só uma candidatura. E ela, teve regiões em que ela teve apoio do Schirm, ou seja, o pessoal que votaria no Schirm votou nela, e outras regiões, ela tirou voto do próprio Fogasa. Quando abriu a urna, o Fogasa foi o mais votado e ela em segundo. Eram duas vagas.

A. F. – E na prefeitura, como vice-prefeito, assumiste a Secretaria de Governo também, que tinha pouca essa tradição aqui.

R.P. – É. Uma tradição mantida durante os quatro mandatos. Duas tradições muito fortes. A primeira é de que o governo sempre foi composto pelo partido. Isso que era importante o PT do resto do Brasil aprender, que é positivo, que dá mais resultado do que ficar montando governo só na cabeça do governador, do prefeito, do presidente da República. Quer dizer, isso não é demérito aos executivos, não, é garantir que o partido se comprometa muito mais com o governo, selecione de forma mais objetiva, tenha critérios mais objetivos para, do que aquele constrangimento muito pessoal, que acaba havendo, entre o presidente que vai nomear e o cara escolhido. Quer dizer, a nossa experiência aqui sempre foi bem mais democrática, mais ampla, mais aberta. Uma comissão eleita, representativa de todos do diretório, é que conduzia isso, nos quatro mandatos. No do Olívio chegou a ter um ou dois vetos no conjunto do secretariado, nos outros, no governo do Tarso e no meu, não teve. Eu não vetei, o Tarso não vetou. Acatamos o secretariado montado pela comissão do partido, do qual a gente participava, do qual nós tínhamos também assento direto ou através de um representante; mas não fizemos nenhuma disputa por... demitir alguns dos secretários. Essa experiência foi muito rica também. Foi muito importante. Foi uma experiência que marcou muito o PT aqui do Rio Grande do Sul, nesse período mais recente. Mas enfim...

A. F. – E a outra foi essa coisa da Secretaria de Governo, do vice ter um papel mais...

R.P. – É. A Secretaria de Governo, sempre, também, em todos os mandatos, a Secretaria de Governo ficava com o vice, para ser uma espécie de coordenador das secretarias, um coordenador, se não de todas, no mínimo, um ou dois fóruns de secretarias são coordenados pelo vice-prefeito. O prefeito controla ou acompanha mais obras, serviços, já acompanha, naturalmente, a parte mais interna de Secretaria da Fazenda, a Secretaria de Construção das Relações com a Comunidade. Construção do OP (Orçamento Participativo), construção da consulta para fazer o OP, essas coisas ficavam sempre mais afeitas ao gabinete do prefeito. E a parte mais de obras... Tinha um fórum de serviço em que o prefeito também participava. E o vice, secretário de Governo, coordenava todos os fóruns das políticas sociais, pegando por área também, por mais coincidência. Eu acho que foi uma experiência muito rica, uma experiência muito boa.

A. F. – E em 96 é que tu ganhaste a eleição para prefeito.

R.P. – É. Fiquei de 97 até 2000. Depois, o Tarso voltou, foi candidato de novo na prévia, ganhou a prévia, e o Verle assumiu o segundo ano de governo.

A. F. –Do teu mandato como prefeito, o que poderia ser destacado? Qual seria a cara mais própria da tua gestão?

R.P. – Acho que foi o grande crescimento e consolidação do orçamento participativo. Porque nós organizamos as temáticas no terceiro ano do governo do Tarso, que eu era vice. Então, a experiência das temáticas estava começando. No meu governo, ela cresceu, consolidou, ajudou muito a ampliar o número de pessoas participando, deu outra riqueza no conselho, porque trazia as opiniões setoriais transversais para o debate regional, geográfico das demandas. Acho que foi uma experiência muito bom. Para mim foi a mais importante essa ampliação da democracia, que não era só no OP, era ampliar muito a relação com os conselhos municipais de saúde, de criança e adolescente, de educação. Um número grande de conselhos, que tinham uma relação muito forte, muito íntima, alguns deles, organizando dezenas, centenas de entidades em fóruns setoriais, que passavam a ter relação com a gente. Isso acho que deu muito respaldo, muita legitimidade. Até porque nós nunca tivemos maioria na Câmara, nós sempre governamos em minoria, e uma minoria que sempre bateu duro. Nunca tivemos conciliação com a Câmara, ou da Câmara para o governo, ou espaço de eleger um presidente neutro, um presidente um pouquinho mais para cá. Ao contrário. Sempre foi linha muito dura. Então eu acho que a experiência... Foi, também, dos nossos governos, aquele que teve a maior capacidade de investimento. O bonde estava andando, ou seja, pegamos já no embalo. Acho que foi, também, culminou, um período de grandes financiamentos, junto ao BIRD, para fazer a terceira perimetral, para projetar outras obras grandes que a cidade precisa, principalmente no saneamento, o volume de pavimentações, de obras na área de habitação popular, número de creches conveniadas aumentou sensivelmente; enfim, foi um período que... Garantimos, os quatro anos, o reajuste bimestral da inflação pelo IGP. Foi um período que já vinha embalando e bem com o Tarso, porque nós pegamos já a reforma tributária que o Olívio conseguiu fazer, que melhorou muito as finanças do município, e nós só aceleramos o ritmo. Agora, no último mandato, é que começou a ter alguns problemas financeiros, alguns problemas de crise; a queda da produção do estado diminuiu brutalmente o ICMS. Enfim, tivemos muitos problemas nesses últimos anos, que... Mas, em obras e serviços, o quarto mandato foi... Nós não perdemos por que faltou obra. Perdemos por outras razões. Perdemos pelos erros políticos que cometemos na campanha, a renúncia do Tarso, uma dificuldade muito grande de conseguir aliados além do... quer dizer, o bloco governista ou mais defensor do *status quo* e... de centro-direita, unificou todo mundo

com Fogasa, as federações, a mídia... Era muito difícil. Ganhamos o primeiro turno, fomos os mais votados no primeiro turno, mas no segundo, esse bloco fez pesar a sua máquina. E também a mídia, com a tese do rodízio, a tese... A campanha oportunista do Fogasa, de que – o que é bom fica, o que é ruim vai melhorar –, repetindo *ad nauseum* esse troço diariamente, com a impunidade da imprensa. Nós tentávamos, quando havia um debate, um programa, mostrar que aquilo ali era mentira, que.. como é possível que eles vão manter o OP, quando não praticam em nenhum município que governam? Como é possível que vão fazer isso, quando agora, no governo, não fazem? Então... Mas nós não conseguíamos audiência para isso. Os programas de televisão tinham limites, a imprensa nunca tratou disso, impunemente, apresentava a candidatura do cara como a renovação, a mudança, democracia é rodízio, democracia é alternância de governo, de poder; e nós cometemos, não é, porque... o erro da ida, a derrota em 2002, quando atropelou... o governo do estado atropelou o Olívio na prévia, não é, tivemos que mudar... O candidato natural era o Olívio, numa reeleição com segundo turno. A tática do estado, ao meu juízo, foi equivocada. O Tarso e o Sieg, que coordenou, faleceu durante a campanha, que coordenou a campanha, estavam convencidos de que a disputa era de personalidades, uma disputa de estadista com o Brito, ou seja, qual é o melhor governador, qual é o melhor estadista para o Rio Grande, e o que foi provado depois é que a população já estava decidida a fazer despencar o Brito. Não estava dizendo claramente, não estava expressando, mas estava com uma tendência a essa postura. Quer dizer, quando ele começou a despencar, não foi o Tarso que subiu, foi o Rigotto, por fora, que... Mais ou menos, com outras circunstâncias, outras condições, o que aconteceu com a Yeda agora. Mas naquele momento, o governo era nosso, então... a propaganda do governo, o Tarso não fez com o mesmo empenho que o Olívio teria feito, porque ele expressava, ele era o protagonista dessas coisas. A idéia do apoio a... da disputa direta com o Brito foi muito marcada por uma disputa pessoal, que antagonizou também o Tarso, com uma ampla () eleitoral. Os debates eram pouco programáticos. Era uma disputa muito pessoal, muito... E o Brito já estava mal na foto, mas era o primeirão; mas estacionado, não crescia, não crescia. Quando despencou foi ladeira abaixo. E aí o discurso do Rigotto encaixava como uma luva, porque ele dizia que era o governador da paz, o governador da unidade do Rio Grande, para sair da crise, temos que estar juntos, para sair da crise, o Rio Grande tem que unificar; chega de radicalismo do Brito, chega de radicalismo do... E se apresentava como... contra os xiitas do PT. Mas não sou, não tenho nada que ver com o Brito das privatizações; chega de

privatização, chega de guerra, chega de mandar fórum embora, chega... E aí, misturava esse troço todo e ia embora. Era o ponto de equilíbrio do senso comum da população.

A. F. – Raul, só para a gente encerrar, eu queria te perguntar sobre esse período mais recente. Basicamente, o teu papel diante dessa crise nacional do partido, desde que começa a questão das crises do governo Lula, tem então o PED, tem a tua candidatura para o segundo turno; e depois, assumir a secretaria geral. Quer dizer, uma posição que a qualquer momento seria fundamental, estratégica mas, particularmente, nesse momento, quando o partido tem que enfrentar essa situação toda.

R.P. – A avaliação que nós fizemos era de que era importante a recuperação do partido na eleição direta do PED, era importantíssima porque era, talvez, uma das últimas coisas que nós tínhamos para uma resposta à altura da crise e da crítica que sofriamos da mídia. Bem. Então, como já tínhamos uma tradição de avaliação, a gente achou que já tínhamos uma disputa com o campo majoritário desde as mudanças... desde antes até, mas piorou essa relação com o período do Dirceu na presidência e, principalmente, com a reforma estatutária de 2001. Durante todo aquele debate e depois, no futuro, nós já dizíamos. Quer dizer, eu tenho... Não sou profeta, mas, em 2002, quando saiu aquela política de alianças e aquelas negociações com o PL, eu escrevi um artigo, até nós reproduzimos, onde eu dizia que... foi em janeiro, foi no Fórum Mundial Social, aqui, num debate promovido pelo Instituto Isaac (Ferrude) aproveitando o Fórum Mundial Social, onde a gente dizia: nós vamos pagar um preço político brutal por essa política de alianças. E não será só o preço político. Nós vamos pagar caro, quer dizer, vai nos custar caro, politicamente e financeiramente, estas alianças com essa turma, que só se move com grana, só se move com acordos desse tipo. Bueno. O mensalão, ou os rolos do caixa dois, ou o nome que tiver foi isto, foi a continuidade de uma política que é muito pragmática, que acha que é possível, enfim, você manter esta visão de que os nossos objetivos finais justificam qualquer coisa. E como nós somos bons, puros, estamos do lado do progresso, da classe operária, do socialismo, os nossos erros e pecados serão absolvidos. E essa experiência nós já vivemos, a história política já viveu, a história política da esquerda já viveu. Olha, esses métodos... Não. E mais. A reforma que foi feita no estatuto em 2001, que orientou o PED anterior, que afrouxava os núcleos, afrouxava a contribuição, a sustentação material do partido, tudo isto conduzia o PT a ser um partido eleitoral; e conseqüentemente, a um partido que dependeria cada vez mais de acordos

eleitorais, dependeria de relações com a institucionalidade, com os empresários. E para nós, tudo isso era um desastre, era uma forma de... era o início do fim, era o início da crise, o início de uma degeneração do partido. Bem, pagamos um preço alto. Esta crise de 2005 e, agora, o caso do dossiê dos tucanos, acho que devem ter servido de lição para o partido, e da qual nós temos que tirar todas as lições. E acho que este é o momento de reflexão, de autocrítica, que o partido deve fazer. E nós temos uma chance, temos a oportunidade de nos reconciliarmos com uma trajetória anterior. Eu não acho que está garantido. Não tenho uma avaliação otimista de que, primeiro, o partido, até agora, não conseguiu punir os responsáveis, nós não conseguimos maioria no diretório nacional, até hoje, para fazer o enquadramento na Comissão de Ética. Não é punição sumária. É subordinar essas pessoas a uma comissão de ética. Vimos que, um ano depois, algo semelhante, parecido ocorre e que de novo, há uma resistência brutal. Ao menos desta vez, sem tirar o direito de recurso, de ser ouvido, o afastamento, a executiva o fez sumariamente. Já foi acho que um avanço, um ganho. Mas o titubeio, a vacilação, as dúvidas, as angústias, as dificuldades que se tem para tomar medidas na direção do partido, necessárias, para crises desse porte, elas revelam que... enfim, o câncer, não foi suficiente a cirurgia, ainda, e pode ser que a terapia de rádio ou a quimioterapia não seja suficiente para curar. E vai voltar. Porque as regras não se alteram. E o sistema eleitoral lá fora, ele conduz para isto. Se nós pegarmos agora o que foram os financiamentos privados de campanha dos candidatos do PT em alguns estados, em especial em São Paulo, nós vamos ver que não tem parâmetro, não tem... Quer dizer, é um negócio que... Quer dizer, um deputado declara para o TRE mais do que, noutro estado, um governador gastou na campanha. É uma desproporção. Imagina o que significa isso de desigualdade para as eleições dos candidatos que não têm esses contatos ou essas possibilidades, de bater na porta de grande empresas e ser recebido e ser financiado. Quer dizer, esse não é um problema só de esperteza ou de boas relações. Não. É um problema que liquida com igualdade de disputa, liquida com a chance do filiado médio, do filiado comum em disputar uma eleição, ser candidato. Como é que um trabalhador, um assalariado vai ser candidato? Quer dizer, ele vai ter que reunir dois milhões; ele vai ter que vender a alma para isso. Quer dizer... Não tem jeito. Então, essas coisas demonstram que o partido não criou e não cria mecanismos... Eu propus essa discussão, propus isso no último diretório nacional. Se nós não temos como acabar com o financiamento privado lá fora, no mínimo nós temos que subordinar esses financiamentos privados, dentro do partido, a algum regramento extra, que não está hoje no

estatuto, para a gente equalizar minimamente esse gasto, para equalizar as condições de nós termos candidaturas, porque senão é um massacre. Um grande número de candidatos vai lá só para ser boi de piranha, vai lá só para perder tempo, se endividar, fazer um esforço exagerado, para uma possibilidade que nunca vai ter. A resposta a isso é uma obrigação do partido também. Para o partido que nós estamos construindo. A questão dos núcleos, a questão de todo o processo de recuperar uma representação direta de base para as instâncias de poder. Isto está em aberto. Retomar o problema da sustentação financeira, material do partido. Acabar com os inchaços, acabar com... carregando eleitor, dentro do partido, em Kombi, para votar, em camionete, em ônibus. Essas coisas, elas... Quer dizer, nós nascemos contra isso. A coisa que nós mais denuncia e brigava no velho MDB, no PTB, nesses partidos aí, ou até no PDT da segunda fase. Quer dizer, o que nós criticávamos neles era exatamente isso. E agora, nós entramos também, então... Eu acho que isto reexpressa e reflete uma... em última instância, reflete a falta de um horizonte programático, de um horizonte de que sociedade queremos. Se eu não tenho horizonte, se eu não tenho uma sociedade que eu estou brigando, que eu almejo que vai ser diferente desta, eu, pragmaticamente, vou me subordinando aos valores, à ética, ao comportamento da atual. Quer dizer, tem coisas imediatas, que você pode melhorar, etc., mas eu acho que sem recuperar um horizonte teórico programático, que nos diga para onde... como tínhamos lá no início, dizíamos: olha, nós somos socialistas. No meio do caminho, nós não fomos capazes de construir uma alternativa ao parlamento que está aí. Não é fechá-lo. Mas é não aceitar as regras que ele tem, é brigar para modificá-lo, para acabar com o privilégio, acabar com as vantagens corrosivas e corruptores que tem dentro do parlamento. Ou nós achamos que o sujeito, como querem hoje alguns, até emparelhar com o Judiciário e ter salário de vinte pau, é normal e é comum na sociedade brasileira? Ter casa, comida, roupa lavada, ter avião à disposição, ter verbas de gabinete, verbas... Ora, isso tudo é desigualdade, é criar desigualdade do outro militante, do outro filiado, do cidadão comum. Se tu não combate isso, não cria mecanismos de controle interno, não fiscaliza o eleito, não faz com que... Não é? Não basta as correntes... Por exemplo, nós temos um controle interno da DS nos nossos. E aqui, o meu gabinete é administrado abertamente, transparentemente pelo conjunto do gabinete. O que nós conseguimos aqui de recursos materiais vão para o partido, vão para a tendência, vão para o trabalho político. Agora, se não tem isso em todos, essas coisas começam a ir para o bolso do eleito. Então tu começa a criar a desigualdade. Quer dizer, esse

trabalho de cooptação, de corrupção, que tem como papel clássico o parlamento burguês, ele não está derrotado, ele não destruído, ele não foi modificado. A mesma coisa vale para o Executivo, para o Judiciário. Quer dizer, são focos e fontes brutais de privilégios. Se nós não respondemos a isso, nós estamos nos acostumando à ordem. Então é... Eu acho que esse é o grande desafio nosso. Nós estamos meio que num limiar. Este mandato do Lula é um limiar, digamos, de parâmetro; quer dizer, ou nós nos rendemos, efetivamente, a uma lógica... pode até continuar, a metade do PT vira um partido eleitoral, a outra metade cai fora, ou dois terços fica, a outra parte vai embora, mas eu acho impossível a gente manter muito tempo esta postura indefinida de o que somos. Não é negar os vinte e seis anos. Mas é dizer que esses vinte e seis anos, hoje, estão no Rubicão, estão aí fazendo o teste da verdade. Quer dizer, já baleados, já feridos; mas... estamos aqui, fazendo o teste da... E eu acho que esse é o quadro que a gente está vivendo. Por isso da importância desse terceiro congresso, por isso desse temário tratar de – o que nós queremos mesmo para o Brasil, o que nós queremos para a sociedade. Ou se recupera isso, e, a partir disso, vão criar regras novas estatutárias, vamos recuperar regras que nós construímos inicialmente e abandonamos, vamos ser muito mais ousados nos nossos governos, para espichar essa cerca, empurrar a borda, o limite de onde nós trabalhamos hoje, para mudanças, ou eu acho que nós não resistimos enquanto partido, do jeito que estamos. Poderá surgir um, dois partidos, fundir com outros, criar outras coisas, mas... Quer dizer, o PT, para se manter como um partido efetivo, ele tem que ter essa definição, tem que recuperar essa definição. Nós, como tendência, eu, particularmente, continuo acreditando que é possível nós retomarmos o leito histórico do partido. E acho que não sou otimista assim, de que isso será fácil. Acho que vai depender de muito esforço, muita luta, muita dedicação nesse próximo período; mas não tenho nenhuma garantia de que seremos vitoriosos, de que isso vai acontecer. Se não acontecer... bem, não será a primeira vez que uma força política tem uma derrota histórica grande ou que mude de rumo nos seus objetivos, não é. E aí cada um vai cuidar da sua vida, vai fazer o que acha que está certo. Acho que, como projeto, nós perdemos muito. Eu já disse isso várias vezes no diretório nacional. A nossa pior crise, a nossa pior derrota, isso aí não foi tanto moral ou ética ou... foi a perda de identidade. A perda de identidade tem a ver com o problema ético, porque isso era um dos instrumentos, junto com outros, que nos identificavam com a população como um projeto de futuro, como um programa, um partido, algo que... Eu cansei de ouvir na prefeitura, nas campanhas, enfim, as pessoas diziam: olha... Pessoas que não eram filiadas.

Elas diziam: ah, o PT? Ah, é o meu partido. Não sou filiado, mas é o meu partido. Ou: Eu acredito em vocês. Não sou filiado, mas acredito em vocês. Ou a manifestação de que: o PT? Ah, não o PT, o partido... Aqui, é muito comum o pessoal dizer o Partido PT. – Ah, não, porque eu sou do Partido PT. É muito comum, no Rio Grande do Sul, ouvir – o Partido PT. Então... não, eu sou do Partido PT. Tu és filiado? Não, não sou filiado mas... porque é o dos pobres, é o nosso, o meu. Então, esta identidade, nós ajudamos a construir a consciência popular de milhões de pessoas. E isso quebrou. Esse foi o pior dessa crise. Isso quebrou. Nós fomos para a vala comum. Se nós não tinha tantos méritos ou virtudes do ponto de vista programático, de já ter realizado programaticamente coisas que queríamos, mas nós tínhamos ainda a esperança; e do ponto de vista ético, a lisura de que éramos diferente. E esta foi a merda. Esta foi a... Quer dizer, eu acho que a turma não tem idéia do que fez, do ponto de vista do estrago que trouxeram para o partido, o que significaria essa perda de referência. Porque não tem eleitor que resista. A não ser que tu tenha cinqüenta anos de militância, dez cursos de formação política, etc., vinte de marxismo, de luta de classe. Para o cidadão comum, que se identificava conosco e recebe a pecha de que é o partido do mensalão... ah, tu vota no dinheiro nas cuecas? Isso liquida, compreende, liquida, desmoraliza, cria um processo de corrosão, e que nós passamos a ser... Porque não é qualquer cidadão que distingue o papel da mídia, distingue que as lutas sociais, o grêmio, o salário-mínimo é uma coisa... Não, não é. As pessoas não raciocinam assim. O senso comum, a grande massa. Então eu acho que foi... Mas como o Lula fez cinqüenta milhões de votos, cinqüenta e oito milhões de votos, e foram votos eminentemente populares, eu acho que nem tudo está perdido. Aí reside uma potencialidade, que nos dá uma tarefa brutal pela frente.

A. F. – O congresso vai ser decisivo. Bom, Raul, muito obrigado.

[FIM DO DEPOIMENTO]